

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-MPPA
Nº no COMPRAS.GOV.BR e PNCP: 90019/2026

CONTRATANTE (UASG)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (925980)

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DE ELEVADORES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 255.808,80 (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E
OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
DIA 10/07/2026 ÀS 09:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO / ITEM ÚNICO

MODO DE DISPUTA:
ABERTO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9. DO TERMO DE CONTRATO	18
10. DOS RECURSOS	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-MPPA

(Processo Administrativo **Gedoc nº 131122/2026**)

Torna-se público que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do(a) Pregoeiro designado(a) pela **Portaria nº. 3523/2026-MP/PGJ**, sediado na Rua João Diogo nº 100, bairro Cidade Velha, Belém, Pará, CEP: 66015-165, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 2.940, de 10 de março de 2023](#), Lei Estadual nº 8.417, de 07/11/2016, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ITEM ÚNICO**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. **Este certame será de participação aberta**, não exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois evidenciou-se que as empresas atuantes no segmento são, em sua maioria, de porte diverso daquele previsto no art. 3º da referida Lei, tendo sido identificada participação reduzida de empresas enquadradas como

microempresas e empresas de pequeno porte, o que pode acarretar prejuízo ao objeto, nos termos do inciso III, do art. 49 da referida Lei.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ao microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e da Lei Estadual nº 8.417, de 07/11/2016.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.8.12. Empresa que tenha entre seus empregados, colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos **arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP**.
- 2.8.13. Empresa que se enquadre em qualquer dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela **Resolução nº 172/2017-CNMP**), onde prevê que é **VEDADA** "a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim

como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação”.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e anual do item.

5.1.2. Marca/Modelo: Quando necessária a indicação de marca/modelo do produto, estas informações deverão estar expressamente contidas na proposta adequada, a ser enviada na forma do item 6.23.4, e serão averiguadas pelo Pregoeiro.

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no termo de referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.1. O prazo de validade ficará suspenso pelo tempo necessário à conclusão de eventuais diligências e no caso de interposição de recursos, inclusive até seu julgamento.

5.8.2. A proposta deverá conter preço total, fixo e irrevogável, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data da apresentação da proposta, sem a inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.

5.8.3. Não caberá desistência de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

5.8.4. A licitante não poderá, em qualquer hipótese, alegar desconhecimento do objeto a ser executado, nem modificar preços, quantidades ou condições de sua proposta depois de aberta, alegando insuficiência de dados ou informações.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto”**.

6.11. No modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)**, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.2.1. O critério de desempate previsto no subitem 6.20.2 somente será aplicado após a edição da regulamentação específica pertinente.

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, de acordo com o [Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#).

6.20.3.1. A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade dar-se-á por meio da apresentação de documentos e evidências que demonstrem, objetivamente, a realização efetiva das ações, nos termos do [art. 4º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#).

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 09 de dezembro de 2024, e de acordo com o [art. 18º da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Persistindo ainda o empate, a classificação seguirá a ordem das propostas indicada no sistema eletrônico.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.4.3. Constatada a existência de sanção ou fato impeditivo, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará o licitante se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. **Habilitação jurídica**

8.1.1.1. **No caso de Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2. **No caso de Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.1.3. **No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.4. **No caso de Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.1.5. **No caso de Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.6. **No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.1.7. **No caso de Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.1.2.1. **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.1.2.2. **Prova de regularidade** fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.3. **Prova de regularidade** com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.4. **Prova de inexistência** de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.2.5. **Prova de inscrição** no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.6. **Prova de regularidade** com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.1.3.1. **Comprovar qualificação econômica**, conforme exigência no item **10.3.1.** e seus subitens do termo de referência, anexo I do Edital.

8.1.4. **Qualificação Técnica**

8.1.4.1. **Comprovar qualificação técnica**, conforme exigência no item **10.4.1.** e seus subitens do termo de referência, anexo I do Edital.

8.1.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20% (vinte por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local (**item 6.2 do Termo de Referência**) de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail pregao@mppa.mp.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. Havendo exigência de garantia de execução contratual, o adjudicatário deverá indicar expressamente a sua opção, dentre as previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/21.

9.2.1. Quando o adjudicatário optar pela oferta de seguro-garantia, deverá prestá-la no prazo máximo de 30 dias corridos, contado da data de homologação da licitação e previamente à assinatura do contrato. (Art. 96, §3º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.3. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.5.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.6. Os prazos dos itens 9.3 e 9.4 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.8. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.9. A Administração poderá, quando a convocada não assinar o Contrato ou não retirar a nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, convocar demais licitantes, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive de preços, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em Ato Convocatório e no contrato e das demais cominações legais.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mppa.mp.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao **Ministério Público do Estado do Pará**.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio do e-mail pregao@mppa.mp.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Ministério Público do Estado do Pará deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Programa de trabalho: 12101.03.091.1494.8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;

13.1.2. Natureza da despesa: 339039 – Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica;

13.1.3. Fonte de recursos: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários;

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mppa.mp.br.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 24 de junho de 2026

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva de elevadores**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no edital e seus anexos.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO OBJETO

CLASSIFICAÇÃO POR ITEM ÚNICO – ELEVADORES PRÉDIO-SEDE DE SANTARÉM

Item	Especificações Técnicas Mínimas	Apresentação	Quantidade	Preço Unitário Máximo	Valor Global Máximo do Item
01	Manutenção preventiva e corretiva para 02 (dois) elevadores de passageiros da marca ERGO, modelo MCP-ST (elevador sem casa de máquinas com drive regenerativo, com fornecimento de peças e insumos sem ônus adicional. CAT/SER: 3557.	Serviço/Mês	60	R\$ 4.263,48	R\$ 255.808,80
Valor Global Máximo do Item para 12 meses =					R\$ 51.161,76
Valor Global Máximo do Item para 60 meses =					R\$ 255.808,80

2.1. A classificação por item justifica-se pelos motivos expostos no tópico 10.1.3. deste Termo de Referência.

Obs: Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais;

Obs: Não serão aceitas propostas para quantidades inferiores às estimadas em cada item, nem itens faltantes nos grupos;

Obs: A proposta apresentada em desacordo com este Termo de Referência será desclassificada;

Obs: O valor estimado do certame para 12 meses é de R\$ 51.161,76.

Obs: O valor estimado do certame para 60 meses é de R\$ 255.808,80.

Obs: Em caso de divergência entre a descrição e/ou descrição detalhada do item cadastrado no *compras governamentais* e as consignadas no Termo de Referência, prevalecem as consignadas no Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A futura contratação visa dar cumprimento ao que estabelece o art. 19 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual determina que as edificações de uso público devem garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade, sendo que esta determinação legal só poderá ser atendida no Prédio-Sede deste Ministério Público do Estado do Pará em Santarém, que possui três pavimentos, com o funcionamento contínuo e ininterrupto dos elevadores de passageiros existentes, sendo necessário, portanto, que as manutenções preventivas e corretivas destes equipamentos também sejam permanentes e ininterruptas;

3.2. Além disso, a norma ABNT NBR 16083/2012 determina que o proprietário deve manter a instalação (Elevadores e sua infraestrutura) em condição segura de operação, contratando empresa especializada para a execução dos serviços, conforme disposto no subitem 4.3.2.1. No mesmo sentido, o subitem 4.1

da referida norma reforça que os elevadores de passageiros devem ser mantidos em boas condições de funcionamento de acordo com as instruções do fabricante, por meio de manutenção regular que garanta a confiabilidade e segurança da instalação. Dessa forma, a contratação de uma empresa qualificada e com experiência comprovada no equipamento específico instalado no MPPA é também uma exigência técnica e normativa.

- 3.3. Cabe ressaltar que a futura contratação será com fornecimento de peças, componentes e insumos pela CONTRATADA, em razão da necessidade de redução do tempo de paralisação dos equipamentos no caso de suas manutenções corretivas, pois nesta situação a empresa CONTRATADA realiza as manutenções com a substituição das peças e componentes defeituosos de forma imediata e a suas expensas, mitigando assim os períodos em que os elevadores sofram solução de continuidade em seu funcionamento, o que prejudicaria a acessibilidade do imóvel.
- 3.4. O futuro serviço de manutenção preventiva e corretiva para os elevadores se classifica como serviços e fornecimentos contínuos nos termos do inciso XV, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, ou seja, aqueles serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.
- 3.5. Cabe ressaltar que atualmente este Ministério Público do Estado do Pará possui o Contrato nº 42/2021-MP/PA, com o mesmo objeto desta futura contratação, cujo prazo de vigência encerra em 6 de julho de 2026, sem possibilidade de prorrogação, o que corrobora para a necessidade apresentada, tendo em vista que a falta de manutenção poderá gerar problemas de acessibilidade no imóvel em questão.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, c, da Lei nº. 14.133/2021)

4.1. DA SOLUÇÃO:

- 4.1.1. A solução consiste na contratação, por meio de licitação, na modalidade Pregão eletrônico, de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento e emprego de peças, componentes e insumos, sem ônus adicional para este Órgão Ministerial, em dois elevadores de passageiros, da marca ERGO, modelo MCP-ST, existentes no prédio sede das Promotorias de Justiça de Santarém.
- 4.1.2. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações técnicas do MPPA, às normas e códigos aplicáveis aos serviços em pauta. As normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente dos órgãos de administração pública competentes serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços. No caso destas faltarem ou serem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais a serem aplicados nos serviços objeto deste documento.
- 4.1.3. Em particular, devem ser observadas as seguintes normas/instruções técnicas ou que venham a substituir:
 - 4.1.3.1. ABNT NBR 16083 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção. Elaborada pelo Comitê Brasileiro de Máquinas e Equipamentos Mecânicos (ABNT/CB-004), a norma específica os elementos necessários para operações de manutenção de elevadores de passageiros, elevadores de cargas, elevadores de passageiros e cargas, monta-cargas, escadas rolantes e esteiras rolantes;
 - 4.1.3.2. ABNT NBR 16858 (Todas as partes) - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação;
 - 4.1.3.3. ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
 - 4.1.3.4. ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
 - 4.1.3.5. ABNT NBR 14364 - Elevadores e escadas rolantes - Inspetores de elevadores e escadas rolantes - Qualificação;
 - 4.1.3.6. Normas Regulamentadoras de Segurança do trabalho; e
 - 4.1.3.7. Normas Técnicas do CBMPA – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

4.1.4. Também deverão ser observadas todas as orientações dos fabricantes dos componentes dos equipamentos.

5. NATUREZA, QUANTITATIVOS, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da natureza do serviço:

5.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **SERVIÇOS COMUNS**, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n.º 14.133/2021 (aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado);

5.1.2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de serviço de grande vulto, conforme art. 6, XXII da Lei n.º 14.133/2021).

5.2. Dos quantitativos:

5.2.1. A quantidade a ser adquirida(as) de serviço(s) será de 60 meses de manutenções para 2 (dois) elevadores existentes no prédio sede das PJ's de Santarém. Esta quantidade de meses justifica-se em virtude de algumas vantagens para este Órgão Ministerial, tais como:

5.2.1.1. Prever condições financeiras mais atraentes, uma vez que contratos mais longos geralmente proporcionam melhores termos, incluindo descontos no valor mensal dos serviços;

5.2.1.2. Garantir o pleno funcionamento dos elevadores durante todo o período contratado, sem a necessidade de renegociações ou a busca por alternativas a curto prazo;

5.2.1.3. Dispor de uma maior previsibilidade orçamentária por meio da premissa de que os preços contratados permanecerão equivalentes ao longo do tempo.

5.3. Da especificação dos serviços:

5.3.1. Para fins de dimensionamento da proposta, a tabela abaixo informa a especificação dos equipamentos existentes:

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
FABRICAÇÃO ELEVADOR(ES)	ERGO 3RX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELEVADORES LTDA – ME
LINHA/MODELO	Passageiro SCM
TIPO	SCM Elevador sem casa de máquinas com drive regenerativo
TIPO DE MÁQUINA	Gearless
FREQUÊNCIA DA REDE	60 Hz
TIPO DE CONTROLE / MOTOR	VF1 (VVVF - Tensão e Frequência variáveis / Ímã permanente trifásico)
TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DA MÁQUINA	220V AC / 3 fases
CAPACIDADE	630 kg (08 passageiros)
QUANTIDADE DE ELEVADOR(ES) NO PRÉDIO	02
PARADAS	03
PORTAS	Abertura central de 0,80m com 2 folhas
VELOCIDADE DE OPERAÇÃO	1,00 m/s
PERCURSO	6 m
DESTINAÇÃO	Passageiros (social)
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	Botão de alarme, proteção contra chamadas falsas na cabina, estacionamento automático em pavimento pré- selecionado, botões mecânicos no carro, indicador de direção no carro (na coluna), luz —LEDII no carro, luz de chamada registrada no carro, proteção contra deslizamento de cabos, preferência direcional, botão de abrir portas, botão de fechar portas, tempo de proteção de porta, tempo extra de porta (ajustável), iluminação de emergência, operação de emergência e resgate, contato do tensor do limitador de velocidade, botões mecânicos no pavimento, luz de chamada registrada no pavimento, sistemas de intercomunicação entre cabina, portaria (recepção) e pavimento superior (controle), serviço independente, inspeção no topo do carro, contato do limitador de velocidade, chave de segurança acionada, termo contato no motor, sensores de obstáculos para fechamento das portas, Ventilador montado na botoeira da cabina c/ acionamento manual.

5.3.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.3.2.1.1. O serviço deverá ser prestado no seguinte endereço: prédio-Sede das Promotorias de Justiça de Santarém situado na Avenida Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro da Liberdade – Santarém – Pará;

5.3.3. DA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE VERTICAL

5.3.3.1. Das especificações gerais de manutenção:

5.3.3.1.1. Do escopo dos serviços de manutenção:

5.3.3.1.1.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva abrange a execução de todos os testes elétricos e mecânicos, medições, revisão, calibragem, limpeza e lubrificação dos sistemas de transporte vertical e suas instalações, bem como a substituição de peças, componentes e acessórios, incluindo mão de obra, insumos, conjuntos de motor, máquina de tração e seus respectivos componentes, cabos de aço, estruturas, revestimentos e componentes dos quadros de comando, portas dos andares e de cabine, forro da cabine, no que couber, além dos materiais necessários à limpeza e lubrificação e todo o ferramental indispensável à realização das manutenções.

5.3.3.1.1.2. Destaca-se que os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva são distintos; logo, a não execução de um serviço não desobriga a CONTRATADA de executar o outro. Por isso, a CONTRATADA será obrigada a atender a todas as ocorrências de manutenção corretiva em qualquer tempo, independentemente do cronograma previsto para as manutenções preventivas.

5.3.3.1.1.3. Sempre que entender como necessário, a CONTRATADA deverá apresentar sugestões para a melhoria do desempenho, conforto, economia de energia do equipamento e/ou alterações impostas por normas, regulamentos e/ou legislação vigente.

5.3.3.1.1.4. Nos serviços de manutenção estão incluídos toda a mão-de-obra, componentes, materiais e insumos necessários à sua execução, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa CONTRATADA.

5.3.3.1.2. Do Plano de Manutenção:

5.3.3.1.2.1. A CONTRATADA deverá observar o modelo de Plano de Manutenção do MPPA (ANEXO I) desenvolver suas estratégias de intervenções compatibilizadas com as necessidades ministeriais.

5.3.3.1.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar seu respectivo Plano de Manutenção em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório dos sistemas de transporte vertical instalados, comissionados, testados e aprovados.

5.3.3.1.2.3. O Plano de Manutenção da CONTRATADA deverá ser elaborado levando em consideração a periodicidade mensal e as intervenções preventivas, corretivas e preditivas que forem identificadas como necessárias para a correta execução do contrato e escoreito funcionamento do(s) equipamento(s).

5.3.3.1.2.4. O pagamento mensal dos serviços de manutenção somente poderá ser iniciado após a devida aprovação do(s) respectivo(s) Plano(s) de Manutenção do(s) equipamento(s) e após o recebimento definitivo destes.

5.3.3.1.3. Da competência para execução dos serviços de manutenção:

5.3.3.1.3.1. A CONTRATADA deverá possuir técnico habilitado no município de Santarém, onde serão executados os serviços de manutenção, para que

possam atender de forma imediata às demandas e chamados, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.3.3.1.3.2. Os serviços de manutenção deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de técnicos qualificados, treinados e a si vinculados, bem como, instruídos adequadamente para a execução, de forma segura, dos serviços de manutenção elencados no presente instrumento.

5.3.3.1.3.3. A CONTRATADA deverá possuir os profissionais legalmente habilitados a supervisionarem os serviços de manutenção, como Engenheiro Mecânico ou Industrial Modalidade Mecânico (CBO214405) e o Eletromecânico de manutenção de elevadores (CBO-954105).

5.3.3.1.4. Da organização e condução dos serviços de manutenção:

5.3.3.1.4.1. Os serviços deverão, sempre que possível, ser executados de forma a não interromper ou prejudicar o expediente ministerial, devendo os serviços de maior relevância serem executados preferencialmente após as 14h e/ou nos feriados e finais de semana, sempre com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, sem que esta situação gere ônus adicionais para o MPPA.

5.3.3.1.4.2. Os serviços serão demandados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço pelo fiscal do contrato ou gestor da Unidade Responsável pela atividade nos termos do modelo constante no Anexo da Portaria n.º 3296/2022-MP/PGJ, publicada no DOE de 22/06/2022;

5.3.3.1.4.3. Serviços ordinários de menor impacto, que exijam a interrupção do equipamento por até 1h (uma hora) podem ser realizados durante horário de expediente ministerial (08 às 17:00 horas), desde que devidamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO e comunicado à autoridade competente.

5.3.3.1.4.4. A CONTRATADA deverá sinalizar e proteger os locais em que se derem as execuções dos serviços, visando reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes, bem como mantê-los ou deixá-los limpos e desimpedidos de sujeira e restos de materiais logo após a conclusão dos serviços.

5.3.3.1.4.5. É obrigatório que os empregados da CONTRATADA que venham a executar os serviços objeto deste instrumento utilizem equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), conforme estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – art. 166 e 167, bem assim, nas NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e NR 6 - Equipamento de Proteção Individual, sendo de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e a fiscalização quanto ao uso dos referidos equipamentos.

5.3.3.1.4.6. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas todas as ferramentas, equipamentos e aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulação ou ajuste, necessários e suficientes para a execução dos serviços objeto deste instrumento, bem assim, deverá identificá-los de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outras CONTRATADAS, sendo também de inteira responsabilidade da CONTRATADA sua guarda, manutenção e conservação.

5.3.3.1.4.7. CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços apenas ferramentas e utensílios em bom estado de conservação e próprio para uso, inócuo à saúde humana, e cuja aplicação não cause danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros.

5.3.3.1.4.8. Ficarão a cargo da CONTRATADA todos os custos relativos à disponibilidade, no local onde se realizará a manutenção, das ferramentas, instrumentos e equipamentos (inclusive escadas e andaimes) necessários a realização dos serviços.

- 5.3.3.1.4.9. Os serviços de manutenção deverão sempre ser acompanhados pela FISCALIZAÇÃO ou por servidor designado pela CONTRATANTE, sendo expressamente proibido a execução de serviços no poço do elevador, casa de máquinas, subestação, ou qualquer outro recinto sem a presença de representantes do MPPA.
- 5.3.3.1.4.10. Os equipamentos deverão ser mantidos, preferencialmente, no próprio local em que se encontram instalados.
- 5.3.3.1.4.10.1. Quando devidamente justificada a necessidade de retirar qualquer peça ou componente para conserto fora das dependências da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA solicitar autorização à FISCALIZAÇÃO.
- 5.3.3.1.4.10.2. Caso a FISCALIZAÇÃO entenda ser pertinente a manutenção de peças ou componentes fora das dependências ministeriais, emitirá a guia de autorização de retirada provisória de peça/componente dos equipamentos (ANEXO V)
- 5.3.3.1.4.10.3. No caso de manutenção de peças ou componentes fora das dependências ministeriais, a CONTRATADA deverá informar previamente o prazo de retorno da peça ou componente, bem como, do equipamento às condições normais de operação, não implicando este procedimento em qualquer ônus extra para o CONTRATANTE.

5.3.3.2. Das rotinas de manutenção e dos prazos para atendimento e conclusão das manutenções:

5.3.3.2.1. Dos relatórios técnicos de manutenção:

- 5.3.3.2.1.1. A CONTRATADA deverá emitir, semestralmente, um RELATÓRIO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, de forma individualizada por equipamento, no qual deverá constar, dentre outras informações que a CONTRATADA julgar necessárias, as seguintes:
- a) Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados durante o período de 06 (seis) meses, bem como, falhas de testes, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos;
 - b) Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações;
 - c) Leitura dos instrumentos de medida antes e depois dos serviços preventivos e análise dos testes;
 - d) Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo as faltas e os picos no fornecimento de energia;
 - e) Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução do CONTRATANTE e quais não dependem;
 - f) Estudos e levantamentos realizados, visando a melhoria do funcionamento das instalações, propondo soluções que venham otimizar o seu uso. Nestes serviços estão inclusos a realização a elaboração de desenhos, levantamentos de material, e outros considerados necessários, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;
 - g) Informações sobre a situação do elevador, indicando, quando houver, suas deficiências;
- 5.3.3.2.1.2. A CONTRATADA deverá efetuar, com periodicidade no mínimo semestral, testes integrais de segurança, conforme Normas Pertinentes, principalmente em relação à norma ABNT NBR 16083:2012, que passarão a integrar o Relatório Técnico de Manutenção.

- 5.3.3.2.1.3. O Relatório Técnico de Manutenção deverá ser assinado e rubricado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA e encaminhado à FISCALIZAÇÃO através de e-mail endereçado para o e-mail do fiscal do contrato (que será informado à CONTRATADA logo após o início da vigência do contrato).
- 5.3.3.2.2. Do gerenciamento de rotinas de manutenção:
- 5.3.3.2.2.1. A CONTRATADA deverá dispor de software gerenciador de manutenção capacitado a fornecer dados via internet, em meio magnético e impressos, abrangendo entre outras informações o seguinte:
- a) Tempo médio de atendimento;
 - b) Histórico de intervenção por equipamento, instalação;
 - c) Cadastro de peças, equipamentos, instalações;
 - d) Demonstrativo de custos de corretivas, preventivas, por equipamento (mensal e anual); e
 - e) Relatórios mensais das preventivas e corretivas.
- 5.3.3.2.2.2. Deverão ser adotados os relatórios gerenciais desse software, da própria CONTRATADA, adaptados para abranger os elementos definidos neste instrumento, conforme as rotinas de manutenção propostas.
- 5.3.3.2.2.3. Os relatórios decorrentes do software gerenciador de rotinas de manutenção deverão ser assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA e entregues à FISCALIZAÇÃO no prazo de até 30 (trinta) dias a contados do recebimento da Ordem de Atendimento/Certidão de Início dos Serviços;
- 5.3.3.2.2.4. Os relatórios decorrentes do software gerenciador de rotinas de manutenção também deverão ser enviados à FISCALIZAÇÃO em formato editável, preferencialmente em arquivo compatível com o Microsoft Excel, programa de planilhas utilizado pela Administração.
- 5.3.3.2.2.5. A CONTRATADA deverá zelar pelo correto preenchimento de todos os campos das planilhas, fichas de manutenção e relatórios semestrais.
- 5.3.3.2.2.6. Fica reservado à CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, solicitar, de forma justificada, a alteração do modelo padrão dos relatórios, cabendo à CONTRATADA atender tacitamente o pedido.
- 5.3.3.2.3. Dos prazos para atendimento das manutenções:
- 5.3.3.2.3.1. Todos os serviços deverão ser prestados de forma continuada e nos prazos estipulados neste Termo de Referência, portanto, a CONTRATADA deverá alocar um número suficiente de profissionais, de forma a cumprir com todas as obrigações assumidas, sobretudo, no que se refere ao prazo para atendimento e conclusão dos serviços, considerando que cabe ao CONTRATANTE única e exclusivamente aferir o resultado esperado dos serviços executados.
- 5.3.3.2.3.2. A CONTRATADA se comprometerá a responder qualquer ligação ou mensagem telefônica da FISCALIZAÇÃO, inclusive por aplicativo de mensagens instantâneas, no prazo máximo de 1h (uma hora) durante os dias de semana, das 8h às 17h. Fora dos dias e horários supracitados, tal prazo máximo será de 6h (seis) horas, a partir do qual estará incorrendo em descumprimento de obrigação contratual, ficando passível de penalidades, excetuando-se o chamado para manutenções corretivas emergenciais, que deve observar o disposto no subitem 5.3.3.4.14.2.
- 5.3.3.2.3.3. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone disponibilizados pela CONTRATADA ou de seu endereço eletrônico (endereço de e-mail), esta deverá imediatamente informar à FISCALIZAÇÃO o novo número disponível, pois caso assim não haja estará

incorrendo em descumprimento de obrigação contratual, ficando passível de penalidades.

- 5.3.3.2.3.4. Caso a CONTRATADA, de alguma forma, dificulte ou impossibilite que o CONTRATANTE mantenha contato consigo, seja não atendendo às chamadas telefônicas, seja não respondendo às mensagens eletrônicas ou a qualquer ligação do CONTRATANTE, poderá incorrer em descumprimento de obrigação contratual, ficando passível de penalidades.
- 5.3.3.2.3.5. Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:
- a) Manutenções mensais: mínimo de 25 e máximo de 35 dias;
 - b) Manutenções trimestrais: mínimo de 80 e máximo de 100 dias;
 - c) Manutenções semestrais: mínimo de 160 e máximo de 200 dias;
 - d) Manutenções anuais: mínimo de 335 e máximo de 365 dias.
- 5.3.3.2.3.6. Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos nos prazos definidos abaixo, sendo que estes prazos terão início de contagem a partir do horário de abertura do chamado e finalização no exato momento do comparecimento do técnico às instalações do CONTRATANTE:

PRIORIDADE	PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO	TIPOS DE OCORRÊNCIAS
NÍVEL I	1 (uma) hora	Ocorrências que impedem o funcionamento da Unidade ou que acarretam o risco iminente de impedimento total ou as classificadas como emergenciais, nos termos do subitem 5.3.3.4.14.
NÍVEL II	2 (duas) horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
NÍVEL III	1 (um) dia	Ocorrências que não comprometem o funcionamento, porém incomodam os usuários ou ainda prejudicam a imagem do Ministério Público do Estado do Pará
NÍVEL IV	2 (dois) dias	Ocorrências que poderão ser atendidas num prazo mais elástico, sem comprometer ou prejudicar o funcionamento ou a imagem do Ministério Público do Estado do Pará, em curto prazo.
NÍVEL V	A negociar	Ocorrências não especificadas, que poderão ter sua execução negociada/programada de acordo com o caso

- 5.3.3.2.3.7. Caso a CONTRATADA constata, por ocasião de algum chamado aberto pelo CONTRATANTE para manutenção corretiva, a impossibilidade de atendimento dos prazos previstos, no ato do recebimento da demanda, deverá comunicar-se com o CONTRATANTE, apresentando os motivos que possam justificar o descumprimento do prazo e informando o prazo em que poderá realizar o atendimento, podendo esta justificativa ser aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.3.3.2.3.8. Caberá à FISCALIZAÇÃO, após análise, acatar ou não as justificativas exigidas, sendo que, na hipótese de ser aceita a justificativa, o novo prazo sugerido pela CONTRATADA será improrrogável.

5.3.3.3. Da manutenção preventiva:

- 5.3.3.3.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do(s) elevador(es) a ser(em) mantido(s), conservando-o(s) dentro dos padrões de segurança e eficiência, visando seu(s) perfeito(s) funcionamento(s), de acordo com os manuais do(s) fabricante do(s)

- elevador(es) e as normas técnicas específicas a cada bem/equipamento, devendo ser executada em duas etapas, porém na mesma oportunidade:
- 5.3.3.3.1.1. Inspeção: Verificação de todos os pontos das instalações seguindo a rotina de manutenção recomendada pelo(s) fabricante(s) do(s) elevador(es) e a proposta pela CONTRATADA;
 - 5.3.3.3.1.2. Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes;
 - 5.3.3.3.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas, as quais deverão ser previamente agendadas de acordo com o cronograma de manutenções preventivas, que será desenvolvido pela CONTRATADA.
 - 5.3.3.3.3. As manutenções serão efetuadas de acordo com o cronograma e a agenda de visita estabelecida pela CONTRATADA e aprovada pelo CONTRATANTE.
 - 5.3.3.3.4. Para a manutenção preventiva do(s) equipamento(s) e suas instalações, a CONTRATADA deverá informar, via e-mail, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis ao dia em que ocorrerá a execução do serviço, dados pessoais do(s) técnico(s) que irá(ão) realizar o serviço (Nome completo, número do R.G. e do CPF), bem como seu horário de início e previsão de término.
 - 5.3.3.3.4.1. As informações de natureza pessoal são necessárias para que a FISCALIZAÇÃO adote as providências necessárias ao ingresso dos colaboradores nas dependências do Órgão ministerial;
 - 5.3.3.3.4.2. As informações serão tratadas conforme política de Tratamento de Dados Pessoais do MPPA, bem como da LGPD.
 - 5.3.3.3.5. Após cada visita, a CONTRATADA deverá fornecer e empregar, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, em todos os equipamentos/bens objetos deste Termo de Referência, etiqueta de manutenção adesiva em BOPP (polipropileno), no modelo da CONTRATANTE (ANEXO II), na qual conste a data e a assinatura do responsável técnico pela execução do serviço de manutenção.
 - 5.3.3.3.5.1. A etiqueta deverá ser substituída por uma nova a cada visita decorrente de manutenção preventiva.
 - 5.3.3.3.6. A CONTRATADA deverá preencher a ficha de manutenção preventiva (ANEXO III) após cada visita realizada, devendo ser encaminhada cópia assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA para a FISCALIZAÇÃO, por e-mail, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da visita.
 - 5.3.3.3.6.1. Complementarmente à ficha de manutenção, quando cabível, a CONTRATADA deverá também enviar o registro de todas as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA programadas ou eventuais, e de quaisquer informações de relevância relacionadas à prestação dos serviços.
 - 5.3.3.3.6.2. A CONTRATADA deverá registrar as leituras de operação, medições e testes periódicos em planilhas próprias de acompanhamento, devidamente assinadas pelo técnico que realizá-las.
 - 5.3.3.3.6.3. As fichas de manutenções preventivas deverão ser elaboradas e fornecidas pela própria CONTRATADA, sendo que estas devem ser preenchidas com a informação de todo o serviço executado, dos materiais, componentes, peças e insumos aplicados, horários de início e de conclusão do serviço e o nome completo do técnico que o realizou.
 - 5.3.3.3.7. Tanto ao chegar ao local de atendimento, como após a conclusão dos serviços, o técnico da CONTRATADA deverá se apresentar ao representante do CONTRATANTE designado para acompanhar os serviços, e após a conclusão dos serviços deverá encaminhar as Fichas de Manutenção Preventiva (ANEXO III), nos termos do subitem 5.3.3.3.6., a fim de que este representante do CONTRATANTE possa aferir a data e hora de chegada e de encerramento do serviço, descrição do serviço realizado, da peça,

componente ou insumo empregado no serviço e o resultado obtido com a conclusão do serviço, sendo que estas fichas deverão ser assinadas pelo técnico da CONTRATADA.

5.3.3.3.7.1. Caberá à FISCALIZAÇÃO conferir a adequabilidade dos serviços executados e o preenchimento da respectiva ficha de manutenção pelo técnico da CONTRATADA, em relação às datas e horas.

5.3.3.3.7.2. Todas as fichas para a manutenção preventiva deverão ser encaminhadas mensalmente juntamente com o pedido para pagamento da nota fiscal do período a que se refiram.

5.3.3.3.8. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção, sem o qual ficará suspenso o competente pagamento;

5.3.3.3.9. Todos os procedimentos de manutenção preventiva devem observar as normas da ABNT, as decisões emanadas do CREA, INMETRO e outros órgãos afins, bem como as normas, projetos e especificações do fabricante do equipamento.

5.3.3.4. Da manutenção corretiva:

5.3.3.4.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela que tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como, pela aplicação ou substituição de insumos, peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, incluídas as instalações prediais, estruturais e afins dos equipamentos;

5.3.3.4.2. Caso detectada a necessidade de realizar manutenção corretiva no equipamento, mormente durante a elaboração do Relatório Técnico de Manutenção Semestral, deverá ser executada de forma imediata logo após o recebimento da Ordem/Certidão de Início dos Serviços.

5.3.3.4.3. Os chamados para manutenção corretiva serão procedidos todas as vezes em que for identificada alguma deficiência no funcionamento dos sistemas de transporte vertical, que esteja interferindo diretamente em seu funcionamento, na segurança do usuário ou do equipamento, e nas situações cuja espera até a data da próxima manutenção preventiva se mostre não razoável;

5.3.3.4.4. Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos nos prazos que serão definidos, conforme o subitem 5.3.3.2.3.6. deste Termo de Referência, sendo que estes prazos terão início de contagem a partir do horário de abertura do chamado e finalização no exato momento do comparecimento do técnico às instalações da CONTRATANTE;

5.3.3.4.5. A CONTRATADA será obrigada a atender todas as ocorrências de manutenção corretiva em qualquer tempo, independentemente do cronograma previsto para as manutenções preventivas, as quais serão mensais.

5.3.3.4.6. As manutenções corretivas deverão ser realizadas após a identificação de sua necessidade por parte do CONTRATANTE, observando os prazos de atendimento estabelecidos no subitem 5.3.3.2.3.6, evitando, assim, danos adicionais.

5.3.3.4.7. A CONTRATADA atenderá aos chamados para as manutenções corretivas mediante ligação telefônica, aplicativo de mensagens instantâneas, pessoalmente ou por outro meio hábil de contato adotado pela FISCALIZAÇÃO.

5.3.3.4.7.1. A partir do contato da FISCALIZAÇÃO, ou de servidor da CONTRATANTE designado, a CONTRATADA deve informar, imediatamente o número de protocolo do chamado.

5.3.3.4.7.2. Deverá constar na ficha de manutenção corretiva/ordem de serviço (ANEXO IV) para manutenção corretiva a data e o horário em que foi feita a referida comunicação, o tipo de defeito informado, o nome do servidor ministerial que realizou o chamado e do funcionário da CONTRATADA que o recebeu.

- 5.3.3.4.8. Ao atenderem aos chamados, o(s) técnico(s) da CONTRATADA deverá(ão) estar portando além dos dados pessoais, nos termos do subitem 5.3.3.3.4, ferramental adequado para executar os diagnósticos e reparo no local, quando for o caso, sendo inaceitável o comparecimento desprovido destes acessórios objetivando apenas o cumprimento artificial dos prazos dispostos neste Termo de Referência.
- 5.3.3.4.8.1. O técnico da CONTRATADA, ao chegar ao local para atendimento do chamado, deverá portar a ficha de manutenção (ANEXO IV) aberta para a ocorrência.
- 5.3.3.4.9. A CONTRATADA deverá preencher a ficha de manutenção corretiva (ANEXO IV) após cada visita realizada, devendo ser encaminhada cópia assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA para a FISCALIZAÇÃO, por e-mail, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da visita.
- 5.3.3.4.9.1. Complementarmente à ficha de manutenção corretiva (ANEXO IV), quando cabível, a CONTRATADA deverá também enviar o registro de todas as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA programadas ou eventuais, e de quaisquer informações de relevância relacionadas à prestação dos serviços.
- 5.3.3.4.9.2. A CONTRATADA deverá registrar as leituras de operação, medições e testes periódicos em planilhas próprias de acompanhamento, devidamente assinadas pelo técnico que realiza-las.
- 5.3.3.4.9.3. As fichas de manutenções corretivas deverão ser elaboradas e fornecidas pela própria CONTRATADA, sendo que estas devem ser preenchidas com a informação de todo o serviço executado, dos materiais, componentes, peças e insumos aplicados, horários de início e de conclusão do serviço e o nome completo do técnico que o realizou.
- 5.3.3.4.10. Tanto ao chegar ao local de atendimento, como após a conclusão dos serviços, o técnico da CONTRATADA deverá se apresentar ao representante do CONTRATANTE designado para acompanhar os serviços, e após a conclusão dos serviços deverá encaminhar as Fichas de Manutenção Preventiva (ANEXO III), nos termos do subitem 5.3.3.4.9, a fim de que este representante do CONTRATANTE possa aferir a data e hora de chegada e de encerramento do serviço, descrição do serviço realizado, da peça, componente ou insumo empregado no serviço e o resultado obtido com a conclusão do serviço, sendo que estas fichas deverão ser assinada pelo técnico da CONTRATADA.
- 5.3.3.4.10.1. Caberá à FISCALIZAÇÃO conferir a adequabilidade dos serviços executados e o preenchimento da respectiva ficha de manutenção pelo técnico da CONTRATADA, em relação às datas e horas.
- 5.3.3.4.10.2. Todas as fichas para a manutenção corretiva deverão ser encaminhadas mensalmente acompanhadas do pedido para pagamento da nota fiscal do período a que se refiram.
- 5.3.3.4.10.3. Caso não haja chamado para manutenção corretiva no período de medição, a CONTRATADA deverá emitir declaração, na qual conste tal informação, sendo que esta declaração deverá ser encaminhada nos mesmos moldes das citadas fichas.
- 5.3.3.4.11. Para a manutenção corretiva, contará como início da execução do serviço de manutenção o horário da chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento, todavia, caso o defeito seja constatado pela CONTRATADA no momento da realização da manutenção preventiva, o início do atendimento da manutenção corretiva deverá se dar de forma imediata.
- 5.3.3.4.12. O prazo de atendimento para cada tipo de ocorrência e nível de prioridade deverá constar no chamado/Ordem de Serviço aberto pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.3.3.4.13. A CONTRATADA deverá, sempre que a FISCALIZAÇÃO entender necessário, emitir laudo técnico específico que contenha a discriminação do defeito apresentado e sua

origem, sendo que este laudo deverá ser assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA.

5.3.3.4.13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a FISCALIZAÇÃO o laudo técnico da manutenção corretiva no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data da visita, prazo que poderá ser estendido a critério da FISCALIZAÇÃO.

5.3.3.4.13.2. O laudo técnico de manutenção corretiva será avaliado pela FISCALIZAÇÃO quanto aos critérios de clareza, precisão e adequação às normas técnicas e contexto institucional.

5.3.3.4.13.3. A eventual reprovação do conteúdo do laudo técnico de manutenção corretiva pela FISCALIZAÇÃO resultará na necessidade de ajustes do documento no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de envio da comunicação do resultado da avaliação pela FISCALIZAÇÃO.

5.3.3.4.13.4. A mera entrega de documento pretendo à condição de laudo técnico de manutenção corretiva, sob a única perspectiva de cumprir os prazos contratuais de apresentação deste documento, ensejam por si só, sua reprovação sumária, e podem caracterizar a inexecução parcial de contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3.3.4.13.5. Caso o laudo técnico de manutenção corretiva seja reprovado mais de 1 (uma) vez, poderá ser caracterizada a situação de inexecução parcial de contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3.3.4.13.6. A não apresentação do laudo técnico de manutenção corretiva nos prazos e condições determinadas ensejará nas medidas administrativas cabíveis, podendo ser entendido como inexecução parcial de contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3.3.4.14. Nos chamados para manutenções corretivas emergenciais, relativos a problemas ou defeitos que impactam no funcionamento do CONTRATANTE, ocorridos em horários ou dias em que não tenha expediente no Ministério Público do Estado do Pará, conforme o subitem 5.3.3.4.7. Ressalta-se que as manutenções preventiva ou corretiva deverão ser acompanhadas pela FISCALIZAÇÃO ou servidor designado, nos termos do subitem 5.3.3.1.4.9.

5.3.3.4.14.1. Entende-se por situação emergencial aquela que ocorre quando o(s) problema(s) apresentado(s) pelo(s) equipamento(s) colocar(em) em risco a segurança das pessoas ou do patrimônio e interfere diretamente no expediente da CONTRATANTE.

5.3.3.4.14.2. Em situações emergenciais, segundo a avaliação da FISCALIZAÇÃO, deverá a CONTRATADA, num prazo máximo de 1 (uma) hora iniciar o reparo demandado, a contar do chamado feito pela FISCALIZAÇÃO ou representante da CONTRATANTE.

5.3.3.4.15. Após a conclusão do serviço de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá entregar uma das duas vias da Ficha de manutenção corretiva (Anexo IV) ao representante do CONTRATANTE, para que seja realizado o fechamento/atesto da O.S., sendo obrigatório que esteja assinada pelo técnico da empresa responsável pela execução do serviço e pelo representante do CONTRATANTE, com o horário de término do serviço.

5.3.3.4.16. Todos os procedimentos de manutenção corretiva devem observar as normas da ABNT, as decisões emanadas do CREA, INMETRO e outros órgãos afins, bem como as normas, projetos e especificações do fabricante do equipamento.

5.3.3.5. Da reposição ou fornecimento de peças e insumos em serviços de manutenção

5.3.3.5.1. A CONTRATADA fornecerá e aplicará, sem ônus adicional à CONTRATANTE, todas as peças que se fizerem necessárias para que o correto funcionamento, conservação e segurança do(s) elevador(es) e suas instalações, de forma a evitar seus sucateamentos ou danos que diminuam sua operacionalidade(s) e originalidade(s);

- 5.3.3.5.2. Os materiais, componentes, peças de reposição e insumos necessários a realização das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e suas instalações serão fornecidos às expensas exclusivas da CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a aplicação dos mesmos no(s) elevador(es);
- 5.3.3.5.3. Todos os materiais/peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos (sem uso), estar de acordo com as especificações do fabricante e originais ou, em não sendo de fabricação deste, devem ser por ele(s) recomendado. Cabe ressaltar que, caso a equipe de fiscalização do MPPA entenda como necessário, os materiais/peças a serem empregados nos serviços deverão ser previamente submetidos à sua aprovação.
- 5.3.3.5.4. No caso dos produtos utilizados na limpeza dos componentes do elevador, somente poderão ser empregados os biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim. Desta forma, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, a contratada deverá comprovar a utilização de tais produtos.
- 5.3.4. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a todos os materiais, peças e insumos fornecidos para o cumprimento do objeto deste instrumento, instalados ou não, nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.3.4.1.1. Na hipótese de emprego pela CONTRATADA de componentes, peças e insumos com prazo de garantia do fabricante já vencido, a CONTRATADA ficará obrigada a assumir a garantia integral pelo prazo idêntico ao estabelecido pelo fabricante, respeitado o prazo mínimo deste caput.
- 5.3.4.1.2. Serão aceitos pelo CONTRATANTE o fornecimento de componentes, peças e insumos de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário a melhoria das instalações, observado os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e viabilidade econômica;
- 5.3.4.1.3. Fica estabelecido que as peças novas colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do CONTRATANTE;
- 5.3.4.1.4. Os materiais e insumos a serem empregados nas manutenções (corretivas e preventivas) deverão, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, ser submetidos a sua apreciação e aprovação, bem assim, as peças substituídas deverão ser entregues ao representante do CONTRATANTE para aferição de suas condições de uso;
- 5.3.4.1.5. Não será admitido o emprego de componentes, materiais, peças de reposição e insumos reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) mesmo(s), sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.3.4.1.6. Para efeito de cobertura do contrato, consideram-se excluídos, unicamente, as peças, partes e componentes danificados por operação inadequada dos usuários do(s) elevador(es), para a qual não tenha concorrido de qualquer modo a CONTRATADA, ou seja, terão coberturas todas as partes, peças, componentes e insumos que isoladamente ou em conjunto com outras sejam essenciais ao correto funcionamento do(s) elevador(es), como por exemplo, motor e/ou placa de comando, drive regenerativo (se houver), baterias, sensores, roldanas, cabos de aço, pistão, assim como, todas as demais peças não citadas, mas que sejam essenciais para o pleno funcionamento dos equipamentos.
- 5.3.4.1.7. Se a CONTRATADA utilizar material/peça que não apresente equivalência construtiva, ou seja, de qualidade inferior ao substituído, deverá efetuar a substituição imediatamente, objetivando manter a equivalência construtiva, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, e estará sujeita às sanções previstas em contrato.
- 5.3.4.1.8. O fornecedor deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 10 (dez) anos após a data de instalação, devendo apresentar, para isso, declaração formal do fabricante ou representante legal atestando tal compromisso, sendo dispensada de tal declaração a licitante que também for a fabricante, condição que o compromisso será inerentemente assegurado com o envio da proposta.

5.4. Do prazo de duração e prorrogação do contrato:

- 5.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados do primeiro dia útil seguinte ao da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública – PNCP, na forma do art. 183 da Lei nº 14.133/2021, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4.2. A prorrogação de que trata este item estará condicionada à demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, bem como à verificação de que trata o art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4.3. Trata-se de contratação plurianual em razão da maior vantagem econômica identificada, na medida em que na fase de planejamento da contratação, verificou-se que contratos com duração estendida possibilitam o ganho de economia de escala, uma vez que propiciam aos contratados definir estratégia comercial de atendimento contratual por período maior, com distensão dos custos contratuais, nos termos do art. 106, I da LEI 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, d, da Lei nº. 14.133/2021)

6.1. A contratação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- 6.1.1. A contratação deverá contemplar a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores, com vistas a assegurar seu adequado funcionamento, segurança e disponibilidade operacional.
- 6.1.2. Os serviços deverão ser executados sob regime de empreitada, com foco na obtenção de resultados verificáveis, incluindo a realização de manutenções programadas, atendimento a demandas corretivas e cumprimento de níveis de desempenho previamente estabelecidos.
- 6.1.3. A contratada deverá possuir plena autonomia técnica, administrativa e operacional para planejar, organizar e executar os serviços, sendo responsável pela disponibilização de todos os recursos necessários à execução, tais como mão de obra, materiais, insumos, ferramentas e equipamentos.
- 6.1.4. A remuneração deverá estar vinculada à efetiva execução dos serviços contratados, não sendo admitida vinculação a postos de trabalho ou à mera disponibilização de mão de obra.
- 6.1.5. Deverá ser assegurada a inexistência de subordinação direta entre os empregados da contratada e a Administração, cabendo à fiscalização contratual a verificação do cumprimento das obrigações pactuadas e dos resultados alcançados.
- 6.1.6. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como pelos riscos inerentes à execução contratual.
- 6.1.7. A contratação deverá observar a natureza continuada dos serviços, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade indispensável à manutenção regular das instalações e ao funcionamento seguro da edificação, decorrente de necessidade permanente da Administração, cuja interrupção pode comprometer a eficiência operacional do órgão e a adequada prestação dos serviços à sociedade, sem que haja, contudo, fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 6.1.8. Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, nem mesmo há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da presente contratação.
- 6.1.9. O ambiente da Contratante já se encontra adequado para que o serviço seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos;
- 6.1.10. Da sustentabilidade:
 - 6.1.10.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio eletrônico da AGU:

- 6.1.10.1.1. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conforme o Art. 4º, § 1º, da IN n.º 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 6.1.10.1.2. Atender às diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010
- 6.1.10.1.3. Atender às diretrizes de priorização de tecnologias que fomentem a eficiência energética.

6.2. DA VISTORIA:

- 6.2.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é desejável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e dias facultativos, das 08 horas às 17 horas.
- 6.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 6.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.2.4. A data, horário e local da vistoria devem ser agendados mediante solicitação enviada pela empresa interessada para o e-mail pregao@mppa.mp.br, com a indicação nominal do(s) representante(s) da empresa que participará(ão) da vistoria.
- 6.2.5. Os profissionais participantes da vistoria poderão realizar registros fotográficos e/ou videográficos desde que expressamente autorizados pelo servidor designado para acompanhar o procedimento, que deverá justificar o indeferimento quando cabível.
- 6.2.6. A cerca da vistoria, o licitante, conforme o caso, deverá declarar uma das seguintes hipóteses:
 - 6.2.6.1. O licitante deve atestar/declarar, após a realização da vistoria, que conhece o local e as condições da realização do serviço, indicando a data em que foi realizada a vistoria;
 - 6.2.6.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
 - 6.2.6.3. O licitante pode, ainda, prestar declaração formal, assinada pelo seu responsável técnico, indicando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
 - 6.2.6.4. Os atestados/declarações de que tratam os subitem acima deverão ser apresentados por ocasião da participação do licitante no certame, conforme exigido no subitem 10.4.1.1;
- 6.2.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.2.8. A realização da vistoria estará condicionada ao acompanhamento ininterrupto de servidor do MPPA devidamente identificado e designado pelo responsável da unidade requisitante.
- 6.2.9. A realização da vistoria pressupõe a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compatíveis com os riscos associados, nos termos da Norma Regulamentadora nº 6, cabendo a cada empresa providenciar e levar ao local de realização da vistoria os respectivos EPIs a serem utilizados por seus representantes, sob sua exclusiva responsabilidade.
- 6.2.10. A Administração poderá desautorizar o acesso de representantes das empresas que não possuírem os EPI necessários para a realização das inspeções dentro do poço do elevador, por motivos de segurança.
 - 6.2.10.1. A condição deste subitem não impede que a empresa interessada solicite nova data e horário para realização da vistoria, conforme previsto no subitem 6.2.4.

6.3.DA CARTA DE SOLIDARIEDADE:

6.3.1.Não será exigida carta de solidariedade na presente contratação.

6.4.DA SUBCONTRATAÇÃO:

6.4.1.Não será permitida a subcontratação na presente contratação.

6.5.DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

6.5.1. Será admitida a participação de consórcio, nos termos dos art.15 da Lei 14.133/2021, havendo acréscimo de 20%, sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

6.5.1.1. O acréscimo previsto no item 6.5.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

6.6.DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

6.6.1.Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% do valor da contratação, conforme regras previstas no contrato.

6.6.2.A garantia nas modalidades caução, fiança bancária ou título de capitalização deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.6.3.No caso de seguro-garantia, a sua apresentação deverá ocorrer no máximo até a assinatura do contrato;

6.7. Dos Direitos e Obrigações do CONTRATANTE:

6.7.1.Sem que a isto limite seus direitos, terá o Ministério Público as seguintes garantias:

6.7.1.1. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e nos seus anexos;

6.7.1.2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento, no edital e nos seus anexos.

6.7.1.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:

6.7.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;

6.7.2.2. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor;

6.7.2.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação.

6.7.2.4. Receber e conferir o objeto contratado através da FISCALIZAÇÃO, designada pela Autoridade competente no âmbito do Ministério Público com competência necessária para proceder o recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações técnicas, da qualidade, da quantidade e preços pactuados;

6.7.2.5. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

6.7.2.6. Nos casos cujo objeto deste Instrumento seja serviço que envolva demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação e manutenção a ser realizada nos prédios deste Ministério Público do Estado do Pará, **observar** as regras **estabelecidas** na Portaria nº 3296/2022-MP/PGJ, publicada no DOE de 22/06/2022;

6.7.2.7. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste instrumento, no edital e nos seus anexos.

6.7.2.8. A CONTRATANTE deverá arquivar entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

6.8. Dos direitos e obrigações da CONTRATADA:

6.8.1. Sem que a isto limite suas garantias, a CONTRATADA terá os seguintes direitos:

6.8.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;

6.8.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

6.8.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto licitado, até para que possa a empresa proceder correções;

6.8.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

6.8.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a CONTRATADA responsável pelos seguintes itens:

6.8.2.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações exigidas, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para executar os serviços licitados no prazo, no local e horário indicados, observando rigorosamente as exigências estabelecidas nas especificações e na proposta de preços apresentada pela empresa;

6.8.2.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

6.8.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço rigorosamente de acordo com as especificações determinadas neste instrumento, no edital e nos seus anexos, obedecendo os critérios e padrões de qualidade predeterminados;

6.8.4. A CONTRATADA deverá observar e cumprir todas as normas ambientais e do Código de Postura do município onde se executa o objeto;

6.8.5. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todas as normas de segurança do trabalho pertinentes aos serviços que serão executados, como também exigir dos seus funcionários o cumprimento das normas e utilização de equipamentos de proteção individual – EPIs, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

6.8.6. A CONTRATADA deverá cumprir as normas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, inclusive as normas de concessionárias de serviços públicos, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CAU;

6.8.7. A CONTRATADA deverá comprovar, a qualquer tempo, vínculo formal com o(s) responsável(is) técnico(s) pelo objeto;

6.8.8. A CONTRATADA deverá manter, na supervisão da execução do objeto, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.8.9. A CONTRATADA deverá promover a organização técnica e administrativa da execução do objeto, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, o edital e seus anexos, no prazo determinado;

- 6.8.10. A CONTRATADA deverá conduzir a execução do objeto em estrita observância às normas da legislação federal, estadual e municipal, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo o local de execução do objeto sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.8.11. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as determinações contidas nas normas de segurança e saúde do trabalhador, correndo por sua conta exclusiva, a responsabilidade sobre quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução do objeto;
- 6.8.12. A CONTRATADA deverá mobilizar e instalar no local de execução do objeto, no prazo que for acordado com a FISCALIZAÇÃO, as instalações provisórias, o pessoal, material e equipamentos necessários ao início da execução do objeto e atendimento aos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.8.13. A CONTRATADA deverá substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação, o pessoal cuja conduta ou presença no local da execução do objeto for justificada como imprópria ou prejudicial ao atendimento dos serviços pela FISCALIZAÇÃO;
- 6.8.14. A CONTRATADA deverá fornecer, mediante solicitação escrita, todos os esclarecimentos ou informações julgadas relevantes pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da execução do objeto;
- 6.8.15. A CONTRATADA deverá paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, inclusive de terceiros;
- 6.8.16. A CONTRATADA deverá manusear de forma adequada e zelar pelos bens (mobiliário, equipamentos, dentre outros) do Órgão Ministerial que porventura estejam nos locais de execução dos serviços, protegendo-os contra danos causados por poeira, respingos de tinta, dentre outros;
- 6.8.17. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais previstos neste instrumento, no edital e nos seus anexos;
- 6.8.18. A CONTRATADA deverá submeter previamente para aprovação da FISCALIZAÇÃO todos os materiais empregados no serviço, de modo que a FISCALIZAÇÃO pode solicitar comprovantes de atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho, obtidos às expensas da CONTRATADA, cabendo à FISCALIZAÇÃO a autoridade de impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas vigentes;
- 6.8.19. A CONTRATADA deverá conservar as amostras dos materiais, depois de convenientemente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, no local de execução do objeto, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados;
- 6.8.20. A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a relação dos fornecedores e empresas que fornecerem, durante o contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução do objeto;
- 6.8.21. A CONTRATADA deverá refazer, às suas expensas e dentro do prazo compatível, a execução do objeto em desacordo com estabelecido neste instrumento, no edital e nos seus anexos, e os que apresentarem defeitos de material ou vício, incorreções ou falhas de construção, de acordo com a legislação aplicada, assim como remover, reconstruir ou substituir sistemas, componentes ou subcomponentes comprometidos pelo trabalho defeituoso, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, para qualquer serviço executando ou material utilizado que não atinja o nível de qualidade e desempenho previstos ou que não atendam às especificações e as normas técnicas da ABNT e dos fabricantes dos materiais, ou ainda que divirjam do indicado nas especificações técnicas, projetos e demais anexos;
- 6.8.22. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público;

- 6.8.23. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, credenciando junto ao Órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- 6.8.24. Manter, durante toda a execução, todas as condições para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta, que sejam compatíveis com as obrigações a ser assumidas, cumprindo durante a vigência do contrato todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente, cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da CF/88 e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 §4º da Constituição do Estado do Pará, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, em especial a:
- 6.8.24.1. **Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 6.8.24.2. **Regularidade Fiscal** perante as **Fazendas** Estaduais e Municipais da sede da licitante;
- 6.8.24.3. **Regularidade** Trabalhista.
- 6.8.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do Ministério Público; não sendo aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.8.26. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus para a Contratante.
- 6.8.27. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes da execução do objeto, tais como: mudança de endereço, razão social, telefone, e-mail, dissolução da sociedade, falência e outros;
- 6.8.28. Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, que integrará o preâmbulo do instrumento de contratação, mantendo-o permanentemente atualizado.
- 6.8.29. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pela fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, em qualquer tempo até o final da garantia.
- 6.8.30. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 6.8.31. Nos casos cujo objeto deste Instrumento seja serviço que envolva demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação e manutenção a ser realizada nos prédios deste Ministério Público do Estado do Pará, cumprir as regras dispostas na Portaria nº 3296/2022-MP/PGJ, publicada no DOE de 22/06/2022, dentre as quais destacam-se:
- 6.8.31.1. Aqueles que estiverem executando serviço nesta Instituição Ministerial devem utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, nos termos do previsto na Norma Regulamentadora nº 6 (NR 6), editada pela PORTARIA MTB nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, e conforme previsão contratual;
- 6.8.31.2. Aqueles que estiverem executando serviço nesta Instituição Ministerial devem utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, nos termos do previsto na Norma Regulamentadora nº 6 (NR 6), editada pela PORTARIA MTB nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, e conforme previsão contratual;
- 6.8.31.3. Os funcionários de empresas terceirizadas que estiverem executando serviços neste Órgão deverão apresentar crachás de identificação e estar, preferencialmente, uniformizados;

- 6.8.31.4. O local em que haverá a realização de serviços deverá ser sinalizado durante toda a execução da atividade por meio de placas, avisos, fitas zebreadas, ou outros itens que se fizerem necessários para a finalidade;
- 6.8.31.5. As ocorrências ou possíveis irregularidades verificadas durante a execução do serviço deverão ser imediatamente informadas ao Diretor do Departamento e/ou Chefia da Unidade Administrativa que emitiu a Ordem de Serviço, o qual submeterá a comunicação à Subprocuradoria-Geral de Justiça, para área técnico-administrativa, para conhecimento;
- 6.8.32. Nos casos descritos no subitem 6.8.31, preencher devidamente a Ordem de Serviço, naquilo que lhe couber;
- 6.8.33. Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados, quando do cumprimento do objeto desta contratação;
- 6.8.34. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 6.8.35. Observar a Resolução nº 172/2017-CNMP que altera o artigo 3º, caput, da Resolução CNMP nº 37/2009 que VEDA ao Ministério Público a contratação das pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 6.8.35.1. A vedação do item 6.8.35 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.
- 6.8.35.2. A vedação do item 6.8.35 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 6.8.35.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;
- 6.8.36. Observar a VEDAÇÃO de contratação de Empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP:
- 6.8.36.1. Pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:
- I – Atos de improbidade administrativa;
 - II – Crimes:
 - a) contra a administração pública;
 - b) contra a incolumidade pública;
 - c) contra a fé pública;
 - d) contra o patrimônio;
 - e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
 - f) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
 - g) contra a vida e a dignidade sexual;
 - h) praticados por organização ou associação criminosa;

- i) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- j) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- k) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

6.8.36.2. Aqueles que tenham:

- I – Praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público, reconhecidos por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado;
- II – Sido excluídos do exercício da profissão, por decisão definitiva sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;
- III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

6.8.37.A CONTRATADA deverá assinar os Termos de Compromisso, quando cabíveis, junto aos órgãos de patrimônio, assumindo a responsabilidade integral pela execução dos serviços, em conformidade às determinações solicitadas e estrita observância às normas e legislação, além de cumprir outros compromissos que visem garantir a preservação do bem;

6.8.38.A CONTRATADA, quando aplicável, deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

6.8.39.A CONTRATADA deverá priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conforme o Art. 4º, § 1º, da IN n.º 01, de 19 de janeiro de 2010;

6.8.40.A CONTRATADA, ao assinar o contrato, confirma que será responsável, em caso de necessidade concreta atestada por órgãos competentes, pela obtenção do licenciamento ambiental ou dispensa de licenciamento ambiental, nos termos do disposto no inciso I do § 5º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE que não se enquadrem no conceito de onerosidade excessiva definido pelo TCU;

6.8.41.Fornecer e exigir de todos os empregados e colaboradores, bem como de qualquer visitante que estiver no interior das áreas de influência da obra, que o uso de todos os equipamentos requeridos por regramento oficial, federal ou local, que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, obedecido o disposto na Norma Regulamentadora NR-18, no caso de visitas ao canteiro de obras para coleta de informações ou execução da obra.

7. MODO DE EXECUÇÃO: PRAZOS, REGIME DE EXECUÇÃO, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

7.1 DOS PRAZOS:

7.1.1. A contratada se comprometer a iniciar a execução dos serviços solicitados em **07 de julho de 2026, comiserando que o Contrato atual n.º 42/2021, encerra sua vigência em 06 de julho de 2026**. Na hipótese do procedimento licitatório não ser concluído em tempo hábil, a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços na data que vier a ser especificada na respectiva Ordem de Serviço a ser emitida pela Fiscalização;

7.1.2. Em qualquer caso, o prazo de vigência global da contratação será limitado conforme o art. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021;

7.1.3. Caso os serviços envolvam **demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação e manutenção a ser realizada nos prédios deste Ministério Público do Estado do Pará**, serão demandados mediante emissão previa de Ordem de Serviço pelo gestor da Unidade Responsável pela atividade nos termos do modelo constante no Anexo da Portaria n.º 3296/2022-MP/PGJ, publicada no DOE de 22/06/2022;

- 7.1.4. Os serviços serão executados no, Prédio sede das Pjs de Santarém, Avenida Mendonça Furtado, n.º 3991, Bairro da Liberdade, Santarém-PA, CEP: 68040-148, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas, inclusive de e/ou dos materiais utilizados nos serviços, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento, devendo o início da execução ser agendada, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, via e-mail para os seguintes destinatários: mpsantarem@mppa.mp.br e para o e-mail do fiscal (que será informado à contratada logo após o início da vigência do contrato).
- 7.1.5. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na execução do objeto no prazo previsto no item 7.1.1, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do Contrato do MP/PA, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e manifestação, desde que dentro do prazo estabelecido para o início da execução dos serviços;
- 7.1.5.1. A justificativa, por escrito, deverá ser enviada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da ocorrência, pelos e-mails mpsantarem@mppa.mp.br e para o e-mail do fiscal que será informado à contratada logo após o início da vigência do contrato, ou protocolizado no Protocolo do Ministério Público do Estado do Pará, através do endereço eletrônico <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>;

7.2 DA PREPARAÇÃO DA EXECUÇÃO:

- 7.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar o preposto do contrato, em até 5 (cinco) dias contados do primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, na forma do artigo 183 da Lei n.º 14.133/2021, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, por meio de Ofício protocolado diretamente no link <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>, dirigido à FISCALIZAÇÃO;
- 7.2.2. O Ofício de apresentação deverá indicar, no mínimo, as seguintes informações do preposto: identificação civil (nome completo), identificação profissional (formação e registro profissional), comprovante de vínculo com a CONTRATADA e meios oficiais de contato (e-mail, telefone e endereço profissional, se existente), cujos documentos comprobatórios poderão ser solicitados pela FISCALIZAÇÃO a qualquer tempo;
- 7.2.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.
- 7.2.4. A eventual substituição de preposto contratual deverá ser precedida de comunicação à CONTRATANTE por meio de Ofício protocolado diretamente no link <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>, dirigido à FISCALIZAÇÃO, não sendo admitidos atos do novo preposto até a devida data de ciência da FISCALIZAÇÃO sobre a eventual modificação;
- 7.2.5. É facultado às partes o direito de solicitar reunião (presencial ou remota) para alinhamento das estratégias antes do início da execução do objeto, sendo suas deliberações registradas em Ata.

7.3 DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 7.3.1. A contratação dos serviços de engenharia será executada pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, item único e com pagamentos mensais.
- 7.3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme preconiza o art. 115 da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.3.3. A FISCALIZAÇÃO manterá constante avaliação quantitativa e qualitativa da evolução de execução do objeto, inclusive no que tange à ratificação de materiais e especificações adquiridos pela CONTRATADA junto aos fornecedores, ou seja, a fiscalização será com foco na entrega de resultados mensuráveis, incluindo o cumprimento de rotinas de manutenção, atendimento a chamados e observância de níveis de desempenho estabelecidos, cabendo à contratada total autonomia técnica, administrativa e operacional para a organização e execução das atividades
- 7.3.4. É obrigação do licitante examinar os serviços e quantitativos indicados nos documentos anexos deste instrumento, devendo, no caso de discordância, impugnar o presente instrumento, o edital e os seus anexos nos prazos legais, não sendo aceitas alegações posteriores, durante a execução

do objeto, com relação à divergência de serviços e quantitativos necessários para a completa execução do objeto;

- 7.3.5. Uma vez firmado o instrumento contratual, a CONTRATADA declara ter ciência de que todos os serviços e quantidades necessárias para a completa execução do objeto deverão ser realizados, de modo que qualquer alteração contratual prevista deve ser objetivamente motivada e expressamente autorizada pela CONTRATANTE;

7.4 DA SEGURANÇA:

- 7.4.1. A CONTRATADA terá a obrigação de disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para execução dos serviços, zelando pelo fiel uso, guarda e manutenção segundo as normalizações vigentes;
- 7.4.2. A verificação do descumprimento das medidas de segurança do trabalho por parte da CONTRATADA, de seus funcionários ou de seus representantes ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis;
- 7.4.3. Para efeito de execução, a CONTRATADA deverá conduzir a execução do objeto em estrita observância das normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local das obras de engenharia sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

7.5 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

- 7.5.1. O recebimento do objeto pela FISCALIZAÇÃO ou COMISSÃO DESIGNADA, dar-se-á em dias etapas:
- a) O recebimento do objeto em **caráter provisório**, ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do envio da nota fiscal do contrato, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - b) O recebimento do objeto em **caráter definitivo**, ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.
 - c) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
 - d) Na hipótese de ser verificada a impropriedade da execução do serviço e/ou dos materiais utilizados nos serviços, será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a verificação, sendo-lhe, ainda, concedido igual prazo para retirada dos materiais utilizados nos serviços ou parte do que foi rejeitado, da data da comunicação;
 - e) Os serviços de manutenção serão recebidos e conferidos pela Fiscalização/Comissão designada por esta Instituição.
- 7.5.2. O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade administrativa, civil, penal e ético profissional da empresa por problemas causados durante o uso dos itens adquiridos, nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos serviços contratados, sendo responsável ainda pela solidez e segurança de tais serviços, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização;
- 7.5.3. A não substituição do objeto ou a não retirada do material rejeitado, sujeitará a CONTRATADA em mora, cujo atraso computar-se-á desde o primeiro dia do vencimento do prazo;
- 7.5.4. A CONTRATADA deverá promover, às suas expensas, a substituição total ou parcial do objeto que apresentar qualquer irregularidade

7.6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

- 7.6.1. O prazo de garantia será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contra defeito de execução dos serviços, incluindo os materiais e peças empregados, contados a partir do recebimento definitivo pela

fiscalização, com assistência técnica, preferencialmente, na cidade de Santarém/PA. A garantia no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação pela Contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à Contratada no Edital. Durante este período, os reparos e substituições porventura necessários deverão ser realizados pela Contratada, sem ônus para a Contratante

- 7.6.1.1. Durante o período de garantia, a CONTRATADA, independentemente de ser ou não fabricante dos materiais utilizados nos serviços, obriga-se a substituir ou reparar o objeto que apresentar indícios de irregularidades, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação escrita da autoridade competente, sem acarretar ônus para a Contratante;
- 7.6.2. As garantias e os prazos mínimos aqui estipulados consistem na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à CONTRATADA no Edital e seus anexos. Durante este período, os reparos e substituições porventura necessários deverão ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 7.6.3. Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, f, da Lei nº. 14.133/2021)

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 8.4. A FISCALIZAÇÃO do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.5. A FISCALIZAÇÃO do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 8.6. A FISCALIZAÇÃO do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 8.7. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Lei nº 14.133/2021. Art. 119)
- 8.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE. (Lei nº 14.133/2021, art.121)
- 8.9. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 8.10. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 8.11. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN SEGES nº 98/2022).

- 8.12. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. (IN SEGES nº 98/2022).
- 8.13. A FISCALIZAÇÃO poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, com base na IN SEGES nº 98/2022;
- 8.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser observado o disposto no subitem 9.2.1 e 9.2.2.

9. DO PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (Art. 6º, XXIII, g, da Lei nº. 14.133/2021)

9.1. DO PAGAMENTO:

- 9.1.1 O pagamento será efetuado mensalmente pelo Departamento Financeiro do Ministério Público do Estado do Pará no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) dias corridos**, após o recebimento definitivo do objeto contratado e efetivamente entregue, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo FISCAL, os quais observarão as especificações exigidas no Edital e no Termo de Referência;
- 9.1.1.1 O atesto da Nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 7 dias úteis, contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela FISCALIZAÇÃO.
- 9.1.2 Os pagamentos dos prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e indireta do Estado do Pará serão efetuados mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008;
- 9.1.3 Caso a CONTRATADA não possua conta no banco BANPARÁ, será cobrada pelo banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço;
- 9.1.4 Os pagamentos serão efetuados nos prazos previstos nos itens 9.1.1, salvo se houver atraso na liberação de recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA;
- 9.1.5 A CONTRATADA deverá encaminhar, junto com a nota fiscal para o e-mail: mpsantarem@mppa.mp.br e para o e-mail do fiscal (que será informado à contratada logo após o início da vigência do contrato), os seguintes documentos:
- 9.1.5.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
- 9.1.5.2 Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;
- 9.1.5.3 Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- 9.1.5.4 Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 9.1.5.5 Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;
- 9.1.5.6 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- 9.1.5.7 As certidões constantes dos subitens 9.1.5.1 até 9.1.5.6 podem ser substituídas por consulta ao SICAF;
- 9.1.5.8 Consulta Optantes - Simples Nacional, caso esteja enquadrada no regime tributário do Simples Nacional ou como MEI;
- 9.1.5.9 Guia para pagamento do ISS e comprovante de pagamento da referida guia, quando a Nota Fiscal for emitida com a indicação de que o tributo municipal será recolhido pelo prestador do serviço, não havendo a necessidade destes documentos quando a nota fiscal for emitida com a indicação de que o tributo municipal (ISS) será recolhido pelo tomador do serviço; (
- 9.1.6 No caso de haver obrigatoriedade da remessa da guia para pagamento do ISS e comprovante de pagamento da referida guia, será aceita, de forma excepcional, a critério da fiscalização, a remessa da guia para pagamento do ISS e comprovante de pagamento da referida guia que se refira à Nota Fiscal do mês imediatamente anterior ao da nota fiscal que se está requerendo o pagamento.

- 9.1.7 A Nota Fiscal (Fatura) deverá apresentar a discriminação resumida dos serviços executados/objeto do contrato, período da medição, número da licitação, número do contrato, observação das normas constantes na IN RFB n.º 2.110/2022 e alterações, sem rasuras e/ou entrelinhas. Ademais a contratada deverá consignar na referida Nota Fiscal informação acerca do regime de tributação ao qual está subsumida;
- 9.1.8 A não apresentação ou a inadequação de um ou mais documentos listados nos itens 9.1.5 assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e os pagamentos seguintes até a regularização das inconsistências indicadas;
- 9.1.9 A devolução de qualquer Nota Fiscal (Fatura) ou anexos por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução do objeto;
- 9.1.10 A CONTRATANTE se reserva o direito de recusar a realização do pagamento se, no ato da verificação de conformidade do objeto pela FISCALIZAÇÃO, observar que a execução do objeto estiver em desacordo com as especificações apresentadas neste instrumento, no edital e nos seus anexos, de modo que o pagamento da parcela controversa será vinculado à aprovação dos comprovantes de realização das correções de desconformidades indicadas;
- 9.1.11 Ocorrendo erro nos documentos da cobrança (inclusive nota fiscal), estes serão devolvidos e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação da documentação;
- 9.1.12 Não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE no prazo estabelecido nos subitens 9.1.1 e desde que não haja responsabilidade objetiva da CONTRATADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM= Encargos Monetários

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela a ser paga.

I= Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,0001644$$

Onde:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.2 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- 9.2.1 As medições dos serviços contínuos de manutenção serão realizadas por preço certo e global, de forma mensal, a partir do início da vigência do respectivo item.
- 9.2.2 Para fins de avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto no subitem 9.3.

9.3 DOS ÍNDICES DE MEDIÇÃO:

9.3.1 Do Índice de Medição de Resultado – IMR

- 9.3.1.1 O CONTRATANTE adotará Instrumentos de Medição de Resultado – IMR (Anexo VI) para aferir a qualidade e quantidade dos serviços que lhe serão prestados pela CONTRATADA, com base na mensuração dos resultados com periodicidade de aferição e aplicação mensais. O objetivo é a prestação do serviço mantendo-se o adequado nível de qualidade por parte da CONTRATADA;
- 9.3.1.2 A CONTRATADA deverá concordar com todos os termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo as obrigações referente à execução de serviços dentro dos prazos acordados em edital e deverá, ainda, estar ciente dos descontos em decorrência da aplicação dos Instrumentos de Medição de Resultado – IMR.
- 9.3.1.3 O CONTRATANTE considerará, para efeitos de desconto no faturamento mensal, perda de qualidade, falhas de manutenções, além de indisponibilidades de sistemas de transporte vertical, oriundas de imperícia, imprudência e/ou negligência da

CONTRATADA, independente de dolo ou culpa e desde que o CONTRATANTE não tenha dado causa para as falhas elencadas acima.

9.3.1.4 Para as aferições de qualidade e quantidade dos serviços serão consideradas as seguintes ocorrências e os respectivos pesos para o cálculo do IMR:

ITEM	OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	Peso	Nº de Ocorrências	Peso x Nº de Ocorrências
1	Ordens de Serviços de Manutenção Preventiva concluídas com atraso .	Por ocorrência e por dias	2		
2	Ocorrências de Não Conformidade Apuradas nos serviços de manutenção com desconformidade com a boa técnica, ou com deficiência funcional, ou ainda que limite o trabalho e circulação de pessoas nas instalações do MPPA.	Por ocorrência	1		
3	Ordens de Serviços de Manutenção Corretiva concluídas com atraso .	Por ocorrência e por dias	1		
4	Ordem de Serviço por retrabalho.	Por ocorrência (OS)	2		
5	Ocorrências de Indisponibilidade apuradas.	Por dia de indisponibilidade	3		
6	Atraso no prazo de atendimentos emergenciais com nível de prioridade I, conforme a tabela do subitem 5.3.3.2.3.6.	Por ocorrência	4		
7	Atraso na entrega de Relatório Técnico e da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).	Por item e por ocorrência	1		
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por item e por ocorrência	1		
IMR = Total dos itens 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9					

9.3.1.5 A pontuação obtida do somatório das ocorrências e os respectivos pesos para o cálculo do IMR será associada como fator de ajuste e aplicado para desconto na fatura mensal da CONTRATADA, conforme tabela:

FATOR DE AJUSTE EM FUNÇÃO DO IMR OBTIDO NO MÊS	
IMR	FATOR DE AJUSTE (%)
0 a 3	100%
4 a 9	97%
10 a 15	93%
Acima de 16	90%

9.3.1.6 Para fins de aferição e aplicação dos descontos, considerando os índices do item anterior, serão computadas as ocorrências identificadas entre o primeiro e o último dia de cada mês, por meio dos seguintes elementos:

- 9.3.1.6.1 Listas de checagem de Não Conformidade com relatos Fotográficos;
- 9.3.1.6.2 Software de supervisão e monitoramento remoto dos elevadores;
- 9.3.1.6.3 Orientações deste Termo de Referência referentes à garantia de execução, na integralidade, de todas as rotinas de manutenção preventivas;
- 9.3.1.6.4 Relatórios entregues, pela CONTRATADA, contendo as manutenções previstas;
- 9.3.1.6.5 Registros, controles e informações que deverão ser realizados e apresentados pela CONTRATADA;
- 9.3.1.6.6 FISCALIZAÇÃO e controle de qualidade dos serviços;
- 9.3.1.6.7 Amostras decorrentes de verificação in loco pela FISCALIZAÇÃO;
- 9.3.1.6.8 Emissão de Ordens de Serviço;
- 9.3.1.6.9 Mecanismos de cálculos estabelecidos neste Anexo.

- 9.3.1.7 No cálculo do IMR será considerado qualquer Ordem de Serviço de Manutenção, concluída no período de apuração, mesmo que tenham sido abertas em períodos anteriores.
- 9.3.1.8 O desconto incidirá sobre o valor mensal da manutenção preventiva e corretiva do faturamento. O valor máximo de desconto, calculado por meio dos IMR, será de 10% sobre o valor mensal.
- 9.3.1.9 Será considerado Ocorrências de Não Conformidade apuradas na manutenção:
- 9.3.1.9.1 Qualquer elemento do plano de manutenção preventiva, em estado que afete a funcionalidade, aparência ou o conforto dos usuários do MPPA;
 - 9.3.1.9.2 Qualquer elemento ou unidade do escopo do Termo de Referência em estado de conservação precário. Considera-se precário aquele estado causador de desconformidade com a boa técnica, ou com deficiência funcional, ou ainda que limite o trabalho e circulação de pessoas nas instalações do MPPA;
 - 9.3.1.9.3 Qualquer elemento ou unidade do escopo deste Termo de Referência que não esteja de acordo com as especificações técnicas, com as recomendações das fabricantes e/ou Normas descritas neste edital ou legislação vigente;
 - 9.3.1.9.4 Qualquer elemento ou unidade do escopo deste Termo de Referência que esteja na iminência de provocar a paralisação total ou parcial da unidade ou que coloque em risco a integridade de usuários/colaboradores nas instalações do MPPA; e
 - 9.3.1.9.5 Qualquer manutenção preventiva que não obedecer aos prazos previstos no Plano de Manutenção.
- 9.3.1.10 Será considerado Indisponibilidade: defeito ou falha do sistema de transporte vertical que impeça a locomoção de passageiros através do elevador da edificação.
- 9.3.1.11 Será considerado Ordem de Serviço em atraso: Qualquer Ordem de Serviço de Manutenção, concluída no período de apuração, cujo prazo de atendimento excedeu aquele autorizado pela FISCALIZAÇÃO e registrado no controle emissão de Ordens de Serviço, desde que o atraso não tenha sido causado pelo CONTRATANTE.
- 9.3.1.12 Será considerado Ordem de Serviço classificadas como retrabalho:
- 9.3.1.12.1 Qualquer Ordem de Serviço concluída no período de apuração, reaberta em virtude de necessidade de refazimento de serviço mal executado anteriormente pela própria CONTRATADA, provocado por imperícia, imprudência ou negligência na execução.
 - 9.3.1.12.2 Qualquer Ordem de Serviço concluída no período de apuração, reaberta em virtude de retrabalho por motivos de aplicação de materiais, componentes, equipamentos ou instrumentos de campo de baixa qualidade
 - 9.3.1.12.3 Qualquer Ordem de Serviço concluída no mês de apuração, reaberta em função de notificações ou reclamações por parte dos usuários, informando que o serviço não foi realizado, ou o foi com qualidade duvidosa
- 9.3.1.13 A CONTRATADA terá até o 5º dia útil do mês subsequente para apresentar ao CONTRATANTE todas as fichas de manutenção preventiva e corretiva dos serviços executados. Relatório Técnico Mensal.
- 9.3.1.14 O CONTRATANTE informará os registros de verificação in loco das Não Conformidades e o cálculo dos IMR, para consequente desconto no faturamento do mês corrente.
- 9.3.1.15 Caso a CONTRATADA não concorde com os descontos apontados pela FISCALIZAÇÃO, terá 5 (cinco) dias úteis para contestá-los, apresentando as devidas justificativas. Se forem acatadas, total ou parcialmente, os descontos serão revisados e nova autorização para faturamento será emitida;
- 9.3.1.16 A CONTRATADA deverá discriminar, na nota fiscal/fatura, o valor total de desconto por eventual descumprimento de serviço em consonância com os Instrumentos de Medição

de Resultado ocorrido no mês de referência, efetuando o devido abatimento no valor da nota fiscal/fatura;

9.3.1.16.1 A não observância do item anterior implicará devolução da nota fiscal para correção/adequação da documentação, suspendendo o prazo para pagamento.

9.3.1.17 Será disponibilizado um prazo de 03 (três) meses para a CONTRATADA adaptar-se aos Instrumentos de Medição de Resultado – IMR. Dessa maneira, as 03 (três) primeiras faturas não sofrerão quaisquer tipos de descontos indicados neste Anexo.

9.3.1.17.1 Durante o prazo de adaptação, o CONTRATANTE realizará aferições referentes ao IMR para dimensionar o percentual que poderia ser descontado durante os 03 (três) primeiros meses com o objetivo de realinhar e demonstrar eventuais falhas de execução dos serviços por parte da CONTRATADA.

9.3.1.18 Caberá a rescisão unilateral, pelo CONTRATANTE, quando os Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) implicarem na:

9.3.1.18.1 A ocorrência de IMR igual ou superior a 10 por 3 (três) meses seguidos; ou

9.3.1.18.2 A ocorrência de IMR igual ou superior a 10 por 6 (seis) meses alternados, durante o intervalo de 12 (doze) meses;

9.3.1.19 A empresa poderá apresentar justificativa para as ocorrências registradas, que poderão ser aceitas pela CONTRATANTE desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores supervenientes;

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, h, da Lei nº. 14.133/2021)

10.1. DA MODALIDADE, DE LICITAÇÃO:

10.1.1. A presente contratação dar-se-á por LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em razão de se tratar objeto da prestação de serviços comuns, dado que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art.6º, II da Lei 14133/2021.

10.1.2. O critério de julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes será MENOR PREÇO, conforme o art. 4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022 e do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea a, da Lei n.º 14.133/2021;

10.1.3. O critério de classificação das propostas será por ITEM ÚNICO, havendo inviabilidade técnica de parcelamento da demanda.

10.2. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

10.2.1. Não serão exigidos critérios adicionais para aceitação da proposta

10.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá o licitante apresentar:

10.3.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.3.1.2.1. Para que a documentação exigida no item anterior seja considerada como apresentada na forma da lei e normativos contábeis, as licitantes devem observar que:

I - As empresas de Grande Porte que adotam a NBC TG 26(5) e as Pequenas e Médias empresas que adotam a NBC TG 1000 devem apresentar os seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial,

Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa do período e Notas Explicativas.

II - As microentidades que adotam o ITG 1000 (procedimento simplificado) devem apresentar os seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, desde que a nota explicativa mencione que foi adotado o modelo ITG 1000. Caso esta informação não esteja explícita, entender-se-á que foi adotada a NBC TG 1000, implicando na apresentação dos documentos contábeis correspondentes, quais sejam: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa do período e Notas Explicativas.

10.3.1.2.2. Empresas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data do balanço estão dispensadas da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme § 6º do art. 176 da Lei Federal nº 6.404/1976.

10.3.1.2.3. Caso haja necessidade, poderão ser solicitados em diligência os demais demonstrativos.

10.3.1.2.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e de Encerramento, deverão estar assinados por representante legal da empresa e pelo profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.3.1.2.5. O Balanço e as demonstrações contábeis deverão estar registrados ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (Decreto nº 8.683/2016), para as empresas que utilizam o sistema eletrônico de escrituração.

10.3.1.2.6. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.3.1.2.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.3.1.2.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3.1.2.9. Será obtida a comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) em relação ao último exercício social, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl}
 \text{LG} & = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\
 \text{SG} & = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\
 \text{LC} & = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{array}$$

- 10.3.1.2.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 10.3.1.2.11. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 10.3.2.12. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.3.2.13. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total anual estimado da contratação.
- 10.3.2.14. As exigências acima referidas, bem como os índices de liquidez e o coeficiente econômico aplicados no presente certame, objetivam aferir a capacidade da empresa de honrar os seus compromissos durante a execução do objeto, sendo usualmente utilizados nas licitações públicas e de uso consagrado na análise de demonstrações financeiras.

10.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1. Para fins de habilitação técnica deverá o licitante apresentar:

- 10.4.1.1. **Declaração** de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do subitem 6.2.6.
- 10.4.1.2. **Prova de Registro ou inscrição** da LICITANTE no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas neste instrumento, no edital e nos seus anexos, em plena validade;
- 10.4.1.2.1. No caso de empresas não inscritas nos Conselhos do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes Conselhos Regionais até o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- 10.4.1.3. **Certificado(s), Atestado(s) ou Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO) da LICITANTE**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, que no presente caso é o CREA, quando for o caso, relativo à execução de serviços de engenharia relacionados à manutenção preventiva e corretiva de elevadores, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo também as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, nos termos do Acórdão n.º 170/2012-TCU e do art. 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.4.1.3.1 Com relação à **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, de que trata o item anterior deverá ser comprovada através de sua documentação prevista em 10.4.1.3, de modo que tenha o LICITANTE **executado**:
- a) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 1 (um) elevador eletromecânico, do tipo sem casa de máquinas, com capacidade mínima de 630 kg e capacidade para 8 (oito) passageiros, com drive regenerativo, preferencialmente da marca ERGO, modelo MCP-ST, pelo período de 1 (um) ano, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.4.1.3.2. A exigência contida no item 10.4.1.3, justifica-se-se em virtude de o drive regenerativo ser essencial para o correto funcionamento do equipamento, bem como a marca ERGO ser o fabricante do equipamento existente, de modo que eventuais substituições de peças deverão ser preferencialmente fornecidas pelo fabricante para melhor compatibilização técnica.

10.4.1.4. **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT)** do(s) PROFISSIONAL(AIS), expedida pelos sistemas CONFEA-CREA, **para** comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente (através de vínculo permanente ou contrato de prestação de serviços, ou ainda declaração de contratação futura), na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior na área de **Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial ou título equivalente emitido pelo sistema CONFEA**, em cujo nome haja sido emitida comprovação da capacitação técnico-profissional, nos termos da legislação aplicável, que comprove que o profissional tenha executado, no mínimo:

a) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 1 (um) elevador eletromecânico, do tipo sem casa de máquinas, com capacidade mínima de 630 kg e capacidade para 8 (oito) passageiros, com drive regenerativo, preferencialmente da marca ERGO, modelo MCP-ST, pelo período de 1 (um) ano, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.4.1.4.1. Os profissionais indicados pelo licitante na forma do subitem 10.4.1.4 deverão participar da execução do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição após o início da vigência do contrato por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67, § 6º, da Lei n.º 14.133/2021;

10.4.1.4.2. Os documentos indicados nos subitens 10.4.1.3 e 10.4.1.4, para fins de comprovação de indicadores de desempenho, reflexos aplicados ou da qualidade de execução do objeto, com comprovação de autenticidade, deverão vir acompanhados de **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT), com registro de atestado**, do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) e/ou do(s) profissional(ais) executante(s) constante(s) no(s) acervo(s) disposto(s) em 10.4.1.2 e 10.4.1.3, emitida(s) pela entidade profissional competente, observando que:

10.4.1.4.2.1. O(s) documento(s) exigido(s) em 10.4.1.3 e 10.4.1.4, para ser(em) aceito(s), deverá(ão) ter, ao menos, as seguintes informações:

10.4.1.4.2.1.1. Descrever as características técnicas das obras ou serviços, inclusive planilha de quantitativos;

10.4.1.4.2.1.2. Atestar a execução total do objeto do contrato;

10.4.1.4.2.1.3. Ser firmado por representante legal do contratante/emitente;

10.4.1.4.2.1.4. Indicar data de emissão;

10.4.1.4.2.2. Serão desconsideradas:

10.4.1.4.2.2.1. CATs sem registro de atestado;

10.4.1.4.2.2.2. CATs e/ou atestados de obras/serviços em andamento;

10.4.1.4.2.2.3. CATs e/ou atestados que não forem emitidos para a licitante;

10.4.1.4.2.2.4. CATs e/ou atestados nos quais constarem ressalvas desabonadoras;

10.4.1.4.2.2.5. CATs e/ou atestados cuja vinculação (selos, chancela, protocolo, carimbo etc.) esteja em desacordo com as normas do CREA/CAU emitente;

10.4.1.4.2.2.6. CATs e/ou atestados que não comprovem a similaridade em tipologia ou proporção com o exigido em 10.4.1.3 e 10.4.1.4, a depender da respectiva disciplina examinada;

10.4.1.4.2.3. A aceitação ou recusa de atestados que apresentem objeto(s) diverso(s) do(s) previsto(s) no item anterior ficará condicionada ao

exame e manifestação da unidade técnica designada como equipe de apoio deste certame.

- 10.4.1.4.2.4. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- 10.4.1.4.2.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 10.4.1.4.2.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.4.1.4.2.7. É facultada a realização de diligências a fim de complementar ou comprovar os documentos apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, outros documentos, tais como cópia da nota fiscal, do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 10.4.1.4.2.8. É facultado, ainda, realizar diligências a fim de solicitar o reconhecimento da firma dos atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, quando houver dúvida de sua autenticidade;
- 10.4.1.5. **Registro ou inscrição do(s) PROFISSIONAL(AIS)** responsável(eis) técnico(s) da empresa no(s) sistema(s) CONFEA-CREA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), em plena validade, acompanhado da seguinte documentação:
 - 10.4.1.5.1. Declaração indicando o(s) nome(s), qualificação e número(s) do registro no conselho do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução do objeto;
 - 10.4.1.5.2. Documento comprovando que a equipe técnica, constante nas Certidões de Acervo Técnico apresentadas, integrará o quadro da empresa na data da entrega da proposta, por meio de uma das seguintes formas:
 - 10.4.1.5.3. Na condição de empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - 10.4.1.5.4. Na condição de sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
 - 10.4.1.5.5. Na condição de diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - 10.4.1.5.6. Na condição de prestador de serviço: contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;
 - 10.4.1.5.7. A licitante poderá, ainda, apresentar Declaração de futura contratação do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), desde que acompanhada da anuência deste(s);
 - 10.4.1.5.8. Certidão do CREA ou CAU;
 - 10.4.1.5.9. Declaração por meio da qual o profissional assume a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.
- 10.4.1.6. A licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes **DECLARAÇÕES**:

- 10.4.1.6.1. Declaração em papel timbrado da Empresa na qual indicará os profissionais responsáveis técnicos detentores dos respectivos Acervos Técnicos;
- 10.4.1.6.2. Declaração em papel timbrado da Empresa do(s) profissional(ais) responsável(ais) técnico(s) indicado(s), aceitando o exercício da função de responsável(ais) técnico(s) pelos serviços;
- 10.4.1.6.3. Declaração em papel timbrado da Empresa com a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico designado para fins de habilitação técnica, nos termos do art. 67, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 10.4.1.7. Caso solicitado pelo agente de contratação ou comissão de contratação, em diligência, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, ART/RRT, CAO/CAT, que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;
- 10.4.1.8. As exigências de habilitação técnica foram selecionadas com base nas condições técnicas necessárias, logo justificam-se para que as potenciais licitantes desenvolvam as atividades contratadas em sua completude, assertividade e segurança, de modo que comprovem suficiência e adequabilidade de experiência e expertise em objetos correlatos em escopo e magnitude com o objeto desejado pela Administração.
- 10.5.** No caso de a licitante ser **COOPERATIVA**, deverão ser apresentados ainda, a seguinte documentação complementar:
- 10.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 10.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 10.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 10.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 10.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 10.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;
- 10.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, j, da Lei nº. 14.133/2021)

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, **previstas** no orçamento do Ministério Público do Estado do Pará para o exercício de **2026**;
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será **indicada** após aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Os licitantes e contratadas que incidirem nas condutas definidas na Lei nº 14.133/2021, sobretudo em seu art. 155, e neste instrumento, descumprindo, total ou parcialmente, as regras e obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitas às sanções previstas no item 12.3, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999, e da Portaria 4599/2025-MP/PGJ.
- 12.1.1. As notificações para apresentação de defesa escrita, alegações finais e ciência das decisões em processo de apuração de infração administrativa, inclusive para efeitos de recurso e/ou pedido de reconsideração, serão realizadas por meio de ofício encaminhado para o endereço eletrônico (e-mail) informado na proposta ou, caso haja contrato celebrado, no preâmbulo do instrumento contratual, ou, excepcionalmente, entregue fisicamente ou por qualquer outro meio de notificação admitido em direito e previsto no contrato firmado entre as partes;
- 12.1.2. O licitante e a contratada são responsáveis por manter ativos e atualizados os endereços eletrônicos informados, não sendo acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de mensagens.
- 12.1.3. Com a notificação enviada ao seu endereço eletrônico, estará franqueada vista integral do processo, mediante solicitação apresentada digitalmente por meio de requerimento a ser protocolado diretamente no link <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>;
- 12.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e documentalmente comprovado;
 - f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.3. Serão aplicadas ao licitante ou contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.3.1. **Advertência**, aplicável exclusivamente para a infração administrativa de inexecução parcial do contrato de natureza leve e que não cause grave dano à Administração e ao funcionamento dos serviços, bem como não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.3.1.1. Considera-se de natureza leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração e não interfira diretamente na execução do objeto principal da contratação;
- 12.3.1.2. A aplicação da penalidade de advertência somente será cabível para contratos vigentes.
- 12.3.2. **Multa**, aplicável a todas as infrações administrativas, podendo ser cominada cumulativamente com as demais sanções previstas no item 12.3, conforme os seguintes parâmetros:

- 12.3.2.1. Compensatória, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, pela conduta prevista na alínea “b” do item 12.2;
- 12.3.2.2. Compensatória, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato pela conduta prevista na alínea “c” do item 12.2;
- 12.3.2.3. Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pelas condutas previstas nas alíneas “d” e “e” do item 12.2;
- 12.3.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pela conduta prevista na alínea “f” do item 12.2;
- 12.3.2.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pelas condutas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, e “k” do item 12.2;
- 12.3.2.6. Moratória, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20 (vinte) dias pela conduta prevista na alínea “g” do item 12.2;
- a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 12.3.3. **Impedimento de licitar e contratar**, aplicável pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:
- 12.3.3.1. De 3 (três) meses a 2 (dois) anos, pela conduta prevista na alínea “b” do item 12.2;
- 12.3.3.2. De 6 (seis) meses a 3 (três) anos, pela conduta prevista na alínea “c” do item 12.2;
- 12.3.3.3. De 2 (dois) meses a 6 (seis) meses, pela conduta prevista na alínea “d” do item 12.2;
- 12.3.3.4. De 2 (dois) meses a 10 (dez) meses, pela conduta prevista na alínea “e” do item 12.2;
- 12.3.3.5. De 6 (seis) meses a 1 (um) ano, pela conduta prevista na alínea “f” do item 12.2;
- 12.3.3.6. De 3 (três) meses a 1 (um) ano, pela conduta prevista na alínea “g” do item 12.2;
- 12.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, aplicável pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:
- 12.3.4.1. De 3 (três) a 4 (quatro) anos, pela conduta prevista na alínea “h” do item 12.2;
- 12.3.4.2. De 4 (quatro) a 6 (seis) anos, pela conduta prevista na alínea “i” do item 12.2;
- 12.3.4.3. De 3 (três) a 5 (cinco) anos, pela conduta prevista na alínea “j” do item 12.2;
- 12.3.4.4. De 3 (três) a 5 (cinco) anos, pela conduta prevista na alínea “k” do item 12.2;
- 12.3.4.5. De 4 (quatro) a 6 (seis) anos, pela conduta prevista na alínea “l” do item 12.2.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.5. Para a aplicação de qualquer sanção administrativa, é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo de apuração de responsabilidade, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

- 12.6. O contratante não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido penalizada pelas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.
- 12.7. A dosimetria das sanções previstas neste instrumento deve considerar os aspectos elencados no art. 3º, § 2º da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.
- 12.8. As sanções de multa moratória e multa compensatória poderão ser cumuladas, desde que resultantes de fatos geradores diferentes.
- 12.9. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no item 12.3.
- 12.10. Não configura bis in idem a aplicação de multa moratória sobre a parcela entregue em atraso e a aplicação de multa compensatória por inexecução parcial referente à parcela não entregue.
- 12.11. A aplicação de multa moratória, no caso de atraso na execução contratual, não impede sua conversão em multa compensatória se o objeto não for executado, em se tratando de único fato gerador.
- 12.12. Os valores das multas aplicadas serão recolhidos em favor do MPPA, observando-se a ordem de preferência prevista no art. 13 da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.
- 12.13. Na hipótese de o valor da multa ser deduzido dos pagamentos devidos no âmbito da mesma contratação, caso o processo administrativo resulte na aplicação da sanção de multa menor do que o pagamento devido à contratada, o fiscal administrativo do contrato notificará a contratada para que emita nota fiscal para pagamento da parcela adimplida, descontado o valor da sanção.
- 12.14. Caso o valor da multa ultrapasse o devido à contratada, sem o pagamento espontâneo ao contratante no prazo estabelecido, o fiscal administrativo notificará a contratada para ciência de que o pagamento será integralmente revertido ao cumprimento da sanção, devendo a contratada arcar com a diferença.
- 12.15. Não ocorrendo o pagamento espontâneo pela contratada no prazo estabelecido ou se os créditos da contratada perante o contratante não forem suficientes para integralizar o valor da multa aplicada, tendo sido prestada garantia na forma do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a seguradora ou fiadora será notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública ou de capitalização.
- 12.16. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e a cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato que excederem o valor da multa aplicada, comprovado o prejuízo excedente, valendo a multa como mínimo da indenização, conforme art. 416, parágrafo único do Código Civil.
- 12.17. Considera-se não celebração de contrato, nos termos da alínea “f” do item 12.2 deste instrumento, quando a contratada desiste de formalizar o aditivo de prorrogação de vigência, após manifestar expressamente concordância quanto à prorrogação, ou de acréscimo ou supressão formalizados com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.18. As condutas especificadas no item 12.3.3 estarão sujeitas à sanção de declaração de inidoneidade prevista no item 12.3.4, desde que verificada presente situação que justifique a imposição de sanção mais grave. Nesta hipótese, serão duplicados os prazos estabelecidos como parâmetros iniciais para aplicação das sanções previstas no item 12.3.3, respeitando-se o limite mínimo previsto no item 12.3.4.
- 12.19. Na hipótese de instauração de processo de apuração de infração administrativa que enseje a aplicação das sanções de advertência ou multa, o licitante ou a contratada deverão ser notificados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da notificação, apresentar defesa escrita quanto aos fatos em apuração, mediante o envio da íntegra do processo ao licitante ou contratada.
- 12.20. O processo de apuração de infração administrativa que enseje a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzido por Comissão de Apuração de Responsabilidade, especialmente designada ou em caráter permanente, composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e notificará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da notificação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir, mediante o envio da íntegra do processo ao licitante ou contratada.

- 12.21. Após a instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade por condutas praticadas durante a execução contratual que possam ensejar a aplicação das sanções previstas nos itens 12.3.2 e 12.3.3 deste instrumento, poderá ser celebrado Termo de Compromisso com a contratada, desde que observados os requisitos previstos no art. 38 da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.
- 12.22. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.
- 12.23. A aplicação das sanções administrativas contidas neste instrumento não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente.

13.DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 13.1. O Contratado deverá estar regularizado quanto a emissão de nota fiscal de acordo com a sua legislação estadual.
- 13.2. Além do preço ofertado na proposta comercial, nada mais poderá ser cobrado do Ministério Público do Estado do Pará, a qualquer título e a qualquer momento, para a perfeita execução do objeto contratado.
- 13.3. As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente licitação, dirimindo oportunamente todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o material empenhado, bem como os encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias à execução do objeto.
- 13.4. A proposta deverá conter preço total, fixo e irrevogável, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data da apresentação da proposta, sem a inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.
- 13.5. A licitante não poderá, em qualquer hipótese, alegar desconhecimento do objeto a ser executado, nem modificar preços, quantidades ou condições de sua proposta alegando insuficiência de dados ou informações.
- 13.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste instrumento, no edital e demais anexos;
- 13.7. Não caberá desistência de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Art. 155, V, Lei nº 14.133/21).

13.8. DOS ANEXOS

- 13.8.1. Acompanham este Termo de Referência, dele fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:
- 13.8.1.1. Anexo I – Plano de Manutenção;
 - 13.8.1.2. Anexo II – Modelo de Adesivo;
 - 13.8.1.3. Anexo III – Modelo de ficha de manutenção preventiva;
 - 13.8.1.4. Anexo IV – Modelo de ficha de manutenção corretiva;
 - 13.8.1.5. Anexo V – Modelo de Guia de autorização para saída provisória de peças, componentes, materiais do MPPA para fins de conserto
 - 13.8.1.6. Anexo VI – Modelo de Índice de Medição de Resultado – IMR;
 - 13.8.1.7. Anexo VII - Relação básica de peças de reposição com cobertura do contrato;
 - 13.8.1.8. Anexo VIII - Declaração de conhecimento das condições locais e das informações necessárias à execução do objeto;
 - 13.8.1.9. Anexo IX - Declaração de indicação de responsáveis técnicos e acervos técnicos;
 - 13.8.1.10. Anexo X - Declaração de aceitação de responsabilidade técnica;

- 13.8.1.11. Anexo XI - Declaração de inexistência de compromissos que reduzam a disponibilidade do pessoal técnico
- 13.8.2. Considerando o disposto na Resolução 156/2016-CNMP e inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, os projetos e/ou plantas somente serão disponibilizados após solicitação realizada via e-mail eletrônico para pregao@mppa.mp.br, mediante a apresentação do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS (conforme modelo anexo ao Edital) assinado por representante legal da licitante.
- 13.8.3. Arquivos que excedam a capacidade do serviço de e-mail utilizado pelo MPPA, poderão ser obtidos através de envio do link de acesso aos arquivos armazenados em nuvem (onedrive), mediante solicitação enviada para o e-mail pregao@mppa.mp.br.

Belém, 20 de maio de 2026.

Responsáveis pelo Termo de Referência:

Gabriel Pessoa Vilas Boas
Assessor Especializado – Engenheiro

Marcelo Antônio Silva Martins
Assessor Especializado – Engenheiro

Supervisão:

Gabriel Villas Boas de Amorim Lima
Chefe da Divisão de Engenharia

Responsável pela Unidade Executora:

Márcia Maria Moraes da Costa
Diretora do Departamento de Obras e Manutenção



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PESSOA VILAS BOAS**, com o código: 95CE4326, em 20/05/2026 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ANTONIO SILVA MARTINS**, com o código: 273AA5B1, em 20/05/2026 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA MORAES DA COSTA**, com o código: 8C68716A, em 20/05/2026 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL VILLAS BOAS DE AMORIM LIMA**, com o código: 4C61F677, em 20/05/2026 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www2.mppa.mp.br/assinador/autenticar-publico> informando o código verificador: **BB1FFC38**

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

ANEXO I

PLANO DE MANUTENÇÃO

1. DAS ROTINAS DE SERVIÇOS

1.1. ROTINA MENSAL

- 1.1.1. Inspeção de todo o sistema para averiguação de irregularidade.
- 1.1.2. Lubrificação das partes necessárias.
- 1.1.3. Checagem do nivelamento, aceleração e retardamento das partidas e paradas.
- 1.1.4. Verificação da viagem, inspeção de ruídos, coxins, correições, barra reversão e alarme.
- 1.1.5. Checagem contatos, fusíveis, disjuntores dos armários da casa de máquinas.
- 1.1.6. Verificação das máquinas de tração: freios, óleo, ruído, desgaste.
- 1.1.7. Inspeção do Motor de CC/MG através da checagem do coletor, escovas, desgaste, faiscamento.
- 1.1.8. Verificação do limitador de velocidade: testar contatos, inspecionar, lubrificar.
- 1.1.9. Inspeção das tirantes, molas e cabos de tração.
- 1.1.10. Inspeção dos limites superiores e inferiores da caixa.
- 1.1.11. Lubrificação das guias, cabinas e contrapeso da caixa.
- 1.1.12. Verificação da lubrificação, equalização, desgaste e quebras dos cabos de tração.
- 1.1.13. Inspeção da cabina RMT, APC, coxins, polia, lubrificação e checagem das carretilhas.

1.2. ROTINA TRIMESTRAL

- 1.2.1. Checagem das instalações da chave geral, iluminação, ventilação, infiltrações de água/pó/gases/objetos estranhos.
- 1.2.2. Verificação dos trincos das portas, testar, verificar ganchos/contos, checar folgas, infiltração.
- 1.2.3. Inspecionar carretilhas, garfos, perfil das portas e pavimentos.
- 1.2.4. Verificação de desgaste dos cabos do limitador da caixa.
- 1.2.5. Lubrificação das polias esticadora/secundária, verificação do esticamento.
- 1.2.6. Inspeção do pára-choque, limites, freios de segurança, infiltrações.

1.3. ROTINA ANUAL

- 1.3.1. Elaborar diagnóstico do funcionamento do aparelho.
- 1.3.2. Limpeza geral do aparelho.
- 1.3.3. Lubrificação geral do conjunto.
- 1.3.4. Teste final, com check-up completo das condições de operação do elevador.

1.4. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EMERGENCIAL

- 1.4.1. Atender o chamado do CONTRATANTE nos prazos constantes no termo de referência;
- 1.4.2. Suprir provisoriamente com equipamentos/acessórios durante uma manutenção prolongada, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 1.4.3. Consertar os equipamentos/acessórios, como: molas, cabos, trincos, etc.

1.5. MANUTENÇÃO CORRETIVA E EMERGENCIAL

- 1.5.1. A manutenção corretiva e emergencial, será executada mediante solicitação do CONTRATANTE à Contratada, com prazo de atendimento, conforme estabelecido no

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

Termo de Referência, a qual efetuará os eventuais reparos que se fizerem necessários, sem ônus de mão-de-obra para a CONTRATANTE.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO														
UNIDADE:		EN:												
Data:		Mantenedora:					Responsável:							
MANUTENÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO														
Item	EQUIPAMENTOS/ COMPONENTES	Mês												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1	Corrediças													
2	Coxins													
3	Barra-Reversão													
4	Alarme													
CASA DE MAQUINAS														
5	Armários													
5.1	Fusíveis													
5.2	Disjuntores													
6	Máquinas de tração													
6.1	Freios													
7	MG/MOTOR DE CC													
7.1	Coletor													
7.2	Escovas													
8	ASEL													
8.1	Guias													
8.2	Pick-ups													
8.3	Interruptores													
9	Limitador de Velocidade													
10	Tirantes													
10.1	Molas													
10.2	Cabos de Tração													
11	Instalações													
11.1	Chaves Geral de Iluminação													
11.2	Ventilação													
11.3	Infiltrações													
PORTAS														
12	Trincos/ganchos/contos													
13	Portas pavimentos													
13.1	Carretilhas													
13.2	Garfos													
13.3	Perfil													
CAIXA														
14	Limites													
15	Guias de cabinas e contrapeso													
16	Cabos de tração													
17	Cabos do limitador													
18	Contrapeso													
18.1	Polia													
18.2	Coxins													

[illegible]

Nome e assinat. do técnico da CONTRATADA

Nome e assinatura do Engenheiro Responsável da CONTRADA

Nome e assinat. Representante do Ministério Público

[illegible]

2. DO PLANO DE MANUTENÇÃO

I – ELEVADORES

M - Mensal	B - Bimestral	T - Trimestral	Q - Quadrimestral	S - Semestral	A - Anual
------------	---------------	----------------	-------------------	---------------	-----------

Equipamento	Descrição do serviço	M	B
Cabina	Verificar funcionamento e integridade do painel de operação.		
	Verificar funcionamento e integridade do interfone ou intercomunicador na cabina e portaria.		
	Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas, fixação e limpeza do subteto e funcionamento e limpeza do ventilador.		
	Verificar integridade dos painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas.		
	Verificar integridade do guarda corpo e espelho (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos).		
	Verificar portas, corrediças e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza).		
	Verificar integridade e funcionamento do indicador (quebrado, setas, segmentos ou lâmpadas queimadas).		
	Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetta (manual/automático, comando de lotado).		
	Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabina.		

Equipamento	Descrição do serviço	Q	S
Pavimento	Verificar funcionamento e a integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal afixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas).		
	Verificar funcionamento e integridade das portas e soleiras (fixação e amassados, ferragens, borrachas de marco, ilhós e puxadores, limpeza e lubrificação)		
	Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento		

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	S
	Limpar a casa de máquinas (quando houver)			

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

Motor Cabos Quadro de Comando Segurança	Verificar proteções e conexões (Painel de força, reaperto geral, chaves de força, chave disjuntora, condições dos fusíveis do quadro de comandos, estado e isolamento dos condutores, aquecimento normal, oxidação e limpeza das conexões, funcionamento mecânico).			
	Verificar quadro de comando (reapertar fiações em geral, verificar desgaste das contactoras, chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos, fixação dos relés, módulos eletrônicos, conexões das chaves, temporizadores, relés, circuitos de proteção, transformadores, <i>leds</i> de monitoração dos comandos microprocessados, retirar excesso de poeira com pincel).			
	Verificar funcionamento da bateria e fonte de luz de emergência (desligar o disjuntor de iluminação da cabina e verificar nível de água da bateria).			
	Verificar máquina e cabos ou fita de tração (nível do óleo da máquina, vazamentos em vedações, nível de óleo no coletor, retentor, ruídos e desgaste de rolamentos ou buchas e coroa/sem-fim e acoplamentos, existência de limalha de ferro e desgaste na polia, arames rompidos nos cabos, limpeza).			
	Verificar motor de indução (nível de óleo dos mancais do motor, desgastes e ruídos nos acoplamentos do motor, limpeza, verificar e anotar temperatura de funcionamento e parâmetros de funcionamento).			
	Verificar funcionamento do interfone ou intercomunicador (cabina, portaria e casa de máquinas).			
	Verificar limite final de subida e limite final de descida.			
	Verificar aparelho de segurança.			
	Verificar unidade hidráulica (vazamentos, conexões elétricas e mecânicas, nível do óleo e funcionamento da válvula de emergência) (onde for o caso).			
	Verificar trocador de calor (funcionamento, vazamentos e limpeza).			

Equipamento	Descrição do serviço	M	T	S
	Verificar aparelho de segurança (estado dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente).			
	Verificar correções superiores, estado das correções, desgaste dos nylons e folga entre a guia, lubrificar e limpar graxas, fixação de elementos.			

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

Cabina (em cima)	Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajusta caixa de came, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos).			
	Limpar teto e estrutura.			

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	T	Q	S
Poço	Verificar aparelho de segurança (funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra).					
	Verificar corredeiras inferiores (estado das corredeiras e desgaste dos nylons e folga entre guia, limpar e lubrificar graxas).					
	Inspeccionar para-choques e cornija (verificar a capa hidráulica, nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico, acionamento do contato elétrico manualmente, limpar cornija).					
	Limpeza do fundo do Poço (limpeza).					

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

ANEXO II MODELO ADESIVO



MANUTENÇÃO PREVENTIVA
EQUIPAMENTO Nº
REALIZADA EM: ____/____/____
TÉCNICO:

TAMANHO DO ADESIVO: **700mm x 400mm**

FONTE DO TEXTO X TAMANHO DA LETRA: **CALIBRI X 11**

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

ANEXO III MODELO DE FICHA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Nº do Contrato: _____ Identificação do prédio: _____ - mês/ano de referência ____ / ____


Data(s) da execução da(s) manutenção(ões): ____ / ____ / ____ - horário de início dos serviços: ____ : ____ - horário de término dos serviços: ____ : ____

Nome do representante do Contratante que acompanhou o(s) serviço(s) desta planilha: _____

nº de identificação do elevador	Ambiente	Descrição da manutenção realizada	Data mnt.	Resultado	Nome(s) do(s) técnico(s) que realizou(aram) a(s) manutenções
				() Concluído () Pendente	
				() Concluído () Pendente	
				() Concluído () Pendente	
				() Concluído () Pendente	
				() Concluído () Pendente	

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

ANEXO IV

 MODELO DE FICHA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA						
Nome da Empresa CONTRATADA:			Nº do contrato:		Nº registrado para o atendimento:	
Ano	Abertura do Chamado		Início da Manutenção		Término da Manutenção	
	Data	Hora	Data	Hora	Data	Hora
	__/__/__	__:__	__/__/__	__:__	__/__/__	__:__
Nome (completo) do técnico que atenderá ao chamado:			Função:		nº de identidade:	
Nº do(s) patrimônio(s) do bem(ns):						
Problema(s) relatado(s)				Nome do demandante do Contratante:		
				Telefone de contato do demandante:		
classificação do problema de acordo com a Tabela 1						
<input type="checkbox"/> Nível 1 <input type="checkbox"/> Nível 2 <input type="checkbox"/> Nível 3 <input type="checkbox"/> Nível 4						
Conclusão do Serviço						
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não						
Solução dada ao problema e condição de funcionamento do equipamento				Peças Substituídas		
Nome do técnico que executou a manutenção:				Assinatura do técnico:		
Observações do representante do Contratante (caso haja)						
Nome do representante do Contratante				Assinatura do representante:		

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

ANEXO V

GUIA DE AUTORIZAÇÃO PARA SAÍDA PROVISÓRIA DE PEÇA(S)/COMPONENTE(S)/MATERIAL(IS) DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ PARA FINS DE CONserto

Autorizamos a empresa _____, por meio de seu colaborador, Sr(a). _____, R.G. _____ (órgão expedidor _____), CPF _____, a retirar, provisoriamente, das dependências deste Órgão Ministerial a(s) peça(s)/componente(s) abaixo descrito(s) que pertencem ao(s) elevador(es) do MPPA da marca _____, modelo _____, identificado pelo nº _____.

Item	Descrição da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) retirado(s)
1.	
2.	

Item	Descrição do(s) defeito(s) da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) retirado(s)
1.	
2.	

Item	Finalidade da retirada da(s) peça(s)/componente(s) para reparo fora do MP/PA
1.	
2.	

Datas/Prazos	
Data da retirada da(s) peça(s)/componente(s)	Data da devolução e instalação da(s) peça(s)
____/____/____	____/____/____
Declarações e assinatura do responsável pela retirada da(s) peça(s)/componente(s)	
Declaro assumir total responsabilidade por extravio ou danos verificados após a retirada da(s) peça(s)/componente(s)	
Afirmo ter verificado, antes da retirada, que a(s) peça(s)/componente(s) encontrava-se em condições de ser reparada/consertada	
Assinatura do responsável pela retirada: _____	
Assinatura do responsável pela autorização de saída: _____	

ANEXO – VI - MODELO DE ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Contrato:		Contratada (CNPJ):	
N.º do BM:		Fiscal Titular:	
Data do BM:		Fiscal Suplente:	

Período de avaliação: de _____ (data do último BM) a _____ (data do BM em análise)

No Período de avaliação entre o último e o atual Boletim de Medição (BM), houveram as seguintes ocorrências:

ITEM	OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	PESO	Nº de Ocorrências	Peso x Nº de Ocorrências
1	Ordens de Serviços de Manutenção Preventiva concluídas com atraso .	Por ocorrência e por dias	2		
2	Ocorrências de Não Conformidade Apuradas nos serviços de manutenção com desconformidade com a boa técnica, ou com deficiência funcional, ou ainda que limite o trabalho e circulação de pessoas nas instalações do MPPA.	Por ocorrência	1		
3	Ordens de Serviços de Manutenção Corretiva concluídas com atraso .	Por ocorrência e por dias	1		
4	Ordem de Serviço por retrabalho.	Por ocorrência (OS)	2		
5	Ocorrências de Indisponibilidade apuradas.	Por dia de indisponibilidade	3		
6	Atraso no prazo de atendimentos emergenciais com nível de prioridade I, conforme a tabela do subitem 5.3.3.2.3.6.	Por ocorrência	4		
7	Atraso na entrega de Relatório Técnico e da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).	Por item e por ocorrência	1		
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por item e por ocorrência	1		
IMR (Total dos itens 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9) =					

A pontuação obtida do somatório das ocorrências e os respectivos pesos para o cálculo do IMR será associada como fator de ajuste e aplicado para desconto na fatura mensal da CONTRATADA, conforme tabela:

FATOR DE AJUSTE EM FUNÇÃO DO IMR OBTIDO NO MÊS	
IMR	FATOR DE AJUSTE (%)
0 a 3	100%
4 a 9	97%
10 a 15	93%
Acima de 16	90%

DAS NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS NO PERÍODO

N.º da Notific.	Data	Motivo	Forma de envio à contratada*

* Acostar em anexo comprovante de envio da notificação.

DA CONCLUSÃO:

O Boletim de Medição n.º _____ (inserir número do BM), datado de ____ / ____ / ____, deverá ter seu valor global RETIDO em _____ (medida percentual), resultando no desconto de _____ reais. Portanto, o valor CORRIGIDO do Boletim de Medição n.º _____ (inserir número do BM) deverá ser de _____ reais.

Observações:

1. Será disponibilizado um prazo de 03 (três) meses para a CONTRATADA adaptar-se aos Instrumentos de Medição de Resultado – IMR. Dessa maneira, as 03 (três) primeiras faturas não sofrerão quaisquer tipos de descontos indicados neste Anexo.
2. Durante o prazo de adaptação, o CONTRATANTE realizará aferições referentes ao IMR para dimensionar o percentual que poderia ser descontado durante os 03 (três) primeiros meses com o objetivo de realinhar e demonstrar eventuais falhas de execução dos serviços por parte da CONTRATADA.
3. Caberá a rescisão unilateral, pelo CONTRATANTE, quando os Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) implicarem na:
 - 3.1. A ocorrência de IMR igual ou superior a 10 por 3 (três) meses seguidos; ou
 - 3.2. A ocorrência de IMR igual ou superior a 10 por 6 (seis) meses alternados, durante o intervalo de 12 (doze) meses;
4. A empresa poderá apresentar justificativa para as ocorrências registradas, que poderão ser aceitas pela CONTRATANTE desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores supervenientes;

Nome do Fiscal Titular
Cargo/Função

Nome do Fiscal Suplente
Cargo/Função

ANEXO VII

RELAÇÃO BÁSICA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO COM COBERTURA DO CONTRATO

OBS: A relação básica abaixo não exclui a reposição com ônus para a CONTRATADA de peças essenciais ao perfeito e seguro funcionamento dos 02 (dois) elevadores.

- 1 - Componentes do conjunto motor-máquina de tração;
- 2 - Componentes dos microcomputadores;
- 3 - Componentes das portas dos andares;
- 4 - Componentes das portas das cabines.
- 5 - Tetos falsos (forros) da cabine;
- 6 - Operadores de portas e seus acessórios;
- 7 - Motores de portas;
- 8 - Barra ATL;
- 9 - Cabos de tração e acessórios;
- 10 - Cabos de manobra e acessórios;
- 11 - Polias de tração;
- 12 - Polias de correias;
- 13 - Correias;
- 14 - Motores de ventilação forçada e seus acessórios;
- 15 - Limitador de velocidade e seus acessórios;
- 16 - Freios e seus acessórios;
- 17 - Botoeiras de funções das cabines;
- 18 - Botoeiras de chamadas dos andares;
- 19 - Indicadores de posição dos andares;
- 20 - Indicadores de posição das cabines;
- 21 - Prints das cabines;
- 22 - Prints das manobras;
- 23 - Lógicas de pisos;
- 24 - Fusíveis em geral, inclusive das chaves gerais na Subestação;
- 25 - Contatores elétricos;
- 26 - Relés térmicos;
- 27 - Temporizadores;
- 28 - Ventiladores e seus acessórios;
- 29 - Luminárias completas com todos os seus componentes;
- 30 - Iluminação de emergência e seus componentes;
- 31 - Aparelhos de comunicação cabines/telefonista e componentes do sistema em geral;
- 32 - Gongos de advertência e alarme;
- 33 - Sistema de bloqueio das cabines no Andar Térreo em situação de incêndio e seus acessórios;
- 34 - Drive Regenerativo;
- 35 - Sistema de Informação de Fechamento e Abertura das Portas e dos andares (DIGIVOICE)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

A (NOME DA EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, para fins de participação na (INFORMAR A MODALIDADE DE LICITAÇÃO E O NÚMERO DELA), declara, sob as penas da lei, que:

1. Tomou pleno e integral conhecimento de todas as informações, condições, exigências técnicas, operacionais, administrativas e contratuais constantes do Edital, de seus anexos e, em especial, do Termo de Referência, incluindo o disposto no subitem 6.2.6 e seguintes;
2. Conhece as condições locais onde serão executados os serviços objeto da licitação, abrangendo aspectos físicos, operacionais, estruturais, logísticos, de acesso, de segurança, de interferências existentes e de funcionamento das edificações do Ministério Público do Estado do Pará;
3. Avaliou adequadamente todos os fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução do objeto, nos prazos, nos custos, na metodologia executiva e no cumprimento das obrigações contratuais, não podendo alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento das condições locais ou das informações necessárias à perfeita execução dos serviços;
4. Reconhece que a proposta apresentada contempla todos os custos, encargos, insumos, equipamentos, mão de obra, materiais, riscos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto licitado, em estrita observância às condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Município (Estado), xxx de mês de 2026.

Nome do representante legal

Cargo: _____

(NOME DA EMPRESA)

CNPJ nº _____

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E ACERVOS TÉCNICOS

A (NOME DA EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, para fins de participação na (INFORMAR A MODALIDADE DE LICITAÇÃO E SEU RESPECTIVO NÚMERO), cujo objeto é (INFORMAR O OBJETO DA LICITAÇÃO), DECLARA que indica como responsáveis técnicos pelos serviços objeto da licitação os profissionais abaixo relacionados, os quais são detentores dos respectivos Acervos Técnicos (CATs) exigidos no Edital e no Termo de Referência:

1. Nome do Profissional: _____
Formação: _____
Registro Profissional (CREA/CAU): _____
Função no Contrato: _____
Acervo(s) Técnico(s) (CAT): _____
2. Nome do Profissional: _____
Formação: _____
Registro Profissional (CREA/CAU): _____
Função no Contrato: _____
Acervo(s) Técnico(s) (CAT): _____
3. Nome do Profissional: _____
Formação: _____
Registro Profissional (CREA/CAU): _____
Função no Contrato: _____
Acervo(s) Técnico(s) (CAT): _____

Declara, ainda, que os profissionais acima indicados integram ou integrarão o quadro técnico da empresa, estando plenamente habilitados para responder técnica e legalmente pela execução dos serviços, em conformidade com as exigências constantes do Edital, do Termo de Referência e da legislação vigente.

Por fim, a empresa declara estar ciente de que a substituição de quaisquer dos responsáveis técnicos indicados somente poderá ocorrer nas hipóteses e condições admitidas pelo instrumento convocatório e pela legislação aplicável, mediante prévia e expressa anuência da Administração.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Município, xxx de mês de 2026.

Nome do representante legal
Cargo: _____
(NOME DA EMPRESA)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador(a) do CPF nº _____ e do RG nº _____, regularmente registrado(a) no CREA/CAU nº _____, declaro, para os devidos fins, que ACEITO expressamente o exercício da função de RESPONSÁVEL TÉCNICO pelos serviços objeto da (INFORMAR A MODALIDADE DA LICITAÇÃO E SEU RESPECTIVO NÚMERO), promovida pelo Ministério Público do Estado do Pará, cujo objeto consiste na contratação de (DESCREVER O OBJETO DA LICITAÇÃO), conforme condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Declaro, ainda, que tenho pleno conhecimento das atribuições, responsabilidades técnicas, legais e éticas inerentes à função de responsável técnico, comprometendo-me a acompanhar, orientar, supervisionar e responder tecnicamente pela execução dos serviços que vierem a ser contratados, em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, à legislação vigente e às disposições constantes do instrumento convocatório e de seus anexos.

Declaro, por fim, que integro ou integrarei o quadro técnico da empresa (NOME DA EMPRESA), mantendo vínculo profissional compatível durante toda a vigência contratual, e que possuo os Acervos Técnicos (CATs) exigidos no Edital e no Termo de Referência para a comprovação da capacidade técnico-profissional, estando ciente de que a substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer nas hipóteses admitidas pela Administração, mediante prévia e expressa anuência.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Belém, xxx de mês de 2026.

Nome do Profissional
CREA/CAU nº _____

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE COMPROMISSOS QUE REDUZAM A DISPONIBILIDADE DO PESSOAL TÉCNICO (art. 67, § 8º, da Lei nº 14.133/2021)

A (NOME DA EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, para fins de participação na (INFORMAR A MODALIDADE DA LICITAÇÃO E O RESPECTIVO NÚMERO), promovida pelo Ministério Público do Estado do Pará, cujo objeto (DESCREVER O OBJETO), conforme estabelecido no Edital e no Termo de Referência, DECLARA, nos termos do art. 67, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, que:

Não possui compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado para fins de habilitação técnica, estando todos os profissionais designados plenamente disponíveis para a execução integral, regular e tempestiva do objeto licitado, durante toda a vigência contratual.

Declara, ainda, que se compromete a manter tal disponibilidade ao longo da execução contratual, comunicando previamente à Administração qualquer alteração superveniente que possa afetar as condições de habilitação técnica exigidas no instrumento convocatório.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Belém, xxx de mês de 2026.

Nome do representante legal
Cargo: _____
(NOME DA EMPRESA)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PESSOA VILAS BOAS**, com o código: FBF2D216, em 20/05/2026 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ANTONIO SILVA MARTINS**, com o código: 642D4BF0, em 20/05/2026 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA MORAES DA COSTA**, com o código: 117C3BE4, em 20/05/2026 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL VILLAS BOAS DE AMORIM LIMA**, com o código: 39D45366, em 20/05/2026 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www2.mppa.mp.br/assinador/autenticar-publico> informando o código verificador: **36300CEE**

ANEXO II DO EDITAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026-MPPA, QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede na Rua João Diogo, nº 100, bairro Cidade Velha, Belém, Pará, CEP: 66015-165, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, Inscrição Estadual 15.191.153-3, Inscrição Municipal 1500722, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Exmº. Sr. Dr. **ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, e-mail....., telefone....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Gedoc nº 131122/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 019/2026-MPPA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores (Santarém)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva e corretiva para 02 (dois) elevadores de passageiros da marca ERGO, modelo MCP-ST (elevador sem casa de máquinas com drive regenerativo, com fornecimento de peças e insumos sem ônus adicional. CATSER: 3557.	Serviço/Mês	60		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O **Pregão Eletrônico nº 019/2026-MPPA**;

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação;

1.2.4. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Havendo contradições entre o presente instrumento de contratação e os demais citados no item anterior, prevalece o contrato.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados do primeiro dia útil seguinte ao da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133, de 2021, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do

vencimento, prorrogável até o limite máximo de vigência de 10 anos, incluindo as prorrogações, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.1.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.1.1.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado ao CONTRATADO no **Banco: XXXX, Agência nº XXXX, Conta Corrente nº XXXX.**

6.2. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/06/2026**.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e após o interregno de um ano, a contar da data indicada no item anterior, **mediante pedido específico da Contratada formalizado e protocolado diretamente no link <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade do contrato.

7.3. Em caso de dificuldade no link, entrar em contato com o Protocolo do MPPA, por meio do e-mail protocolo@mppa.mp.br para orientações.

7.4. O pedido de reajuste deve ser protocolizado até a data em que se completar cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato e antes da assinatura de eventual Termo Aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão quanto aos períodos anteriores.

7.5. O valor reajustado será concedido a partir da anualidade do orçamento estimado.

7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.12. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Concluída a instrução do requerimento, responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.7. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.10. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

9.1.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.24. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO

relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.34. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.35. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.1.36. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.1.37. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.1.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.1.39. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.1.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.1.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.1.42. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.1.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.1.44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.1.45. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.1.45.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.1.45.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.1.45.3. florestas plantadas; e

9.1.45.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.1.46. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.1.46.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.1.46.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

9.1.46.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.1.46.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá

apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.1.47. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.1.47.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.1.47.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.47.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.1.47.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.1.47.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.47.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.48. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.49. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.1.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.51. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.52. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.1.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.1.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.1.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao

controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.1.56. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.2. A CONTRATADA e os prestadores de serviços envolvidos, em qualquer nível, na execução do objeto comprometem-se a observar o Código de Ética do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), conforme estabelecido na Portaria nº 1091/2025-MP/PGJ, de 14/03/2025.

9.3. A CONTRATADA declara ciência e concorda que, nos termos do §4º do art. 1º da Portaria nº 2271/2025-MP/PGJ, o Ministério Público do Estado do Pará poderá realizar, a qualquer tempo, **investigação social interna** acerca dos trabalhadores terceirizados disponibilizados para execução do presente contrato, com o objetivo de apurar aspectos relacionados à ética, integridade e reputação dos profissionais indicados.

9.3.1. A investigação interna será conduzida pelo Ministério Público do Estado do Pará por meio de Diligências Apropriadas de Integridade para a Admissão de Pessoas, nos moldes definidos no Anexo da Portaria nº 2271/2025-MP/PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. O inteiro teor do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade que originou esta contratação será divulgado no Portal Transparência do CONTRATANTE, conforme dispõe o art. 7º, III da Resolução nº 089/2012 – Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Manual do Portal da Transparência do Ministério Público - CNMP.

10.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.5. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.6. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

10.7. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.8. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.9. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.10. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.11. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.12. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada

acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.12.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.13. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

10.14. Todo funcionário terceirizado, para ingressar no Ministério Público do Estado do Pará, deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS), conforme o art. 38, §1º da Portaria 2486/2025-MP/PGJ.

10.14.1. Cabe ao CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre o TCMS, anexo deste contrato.

10.14.2. Cabe à fiscalização do CONTRATANTE exigir o TCMS assinado pelo funcionário terceirizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INVESTIGAÇÃO SOCIAL INTERNA

11.1. A CONTRATADA declara ciência e concorda que, nos termos do §4º do art. 1º da Portaria nº 2271/2025-MP/PGJ, o Ministério Público do Estado do Pará poderá realizar, a qualquer tempo, **investigação social interna** acerca dos trabalhadores terceirizados disponibilizados para execução do presente contrato, com o objetivo de apurar aspectos relacionados à ética, integridade e reputação dos profissionais indicados.

11.1.1. A investigação interna será conduzida pelo Ministério Público do Estado do Pará por meio de Diligências Apropriadas de Integridade para a Admissão de Pessoas, nos moldes definidos no Anexo da Portaria nº 2271/2025-MP/PGJ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DO SERVIÇO (art. 92, XII e XIII)

12.1. Nesta contratação é exigida a garantia contratual da execução no valor de **R\$.....(.....)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O contratado deverá apresentar o comprovante da garantia no seguinte prazo, dependendo da modalidade escolhida:

a) **Seguro-garantia:** apresentação no ato da assinatura do contrato;

b) **Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização:** apresentação em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados a partir da assinatura do contrato.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.6 deste contrato.

12.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.7, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no **Banco do Estado do Pará**, com correção monetária.

12.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

12.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.18. O CONTRATADO autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.19. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de **garantia contratual do serviço** a ser executado, incluindo materiais e peças empregados, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.20. A **garantia de execução** é independente de eventual **garantia do serviço** prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Os licitantes e contratadas que incidirem nas condutas definidas na Lei nº 14.133/2021, sobretudo em seu art. 155, e neste instrumento, descumprindo, total ou parcialmente, as regras e obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitas às sanções previstas no item 13.3, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999, e da Portaria 4599/2025-MP/PGJ.

13.1.1. As notificações para apresentação de defesa escrita, alegações finais e ciência das decisões em processo de apuração de infração administrativa, inclusive para efeitos de recurso e/ou pedido de reconsideração, serão realizadas por meio de ofício encaminhado para o endereço eletrônico (e-mail) informado na proposta ou, caso haja contrato celebrado, no preâmbulo do instrumento contratual, ou, excepcionalmente, entregue fisicamente ou por qualquer outro meio de notificação admitido em direito e previsto no contrato firmado entre as partes;

13.1.2. O licitante e a contratada são responsáveis por manter ativos e atualizados os endereços eletrônicos informados, não sendo acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de mensagens.

13.1.3. Com a notificação enviada ao seu endereço eletrônico, estará franqueada vista integral do processo, mediante solicitação apresentada digitalmente por meio de requerimento a ser protocolado diretamente no link <https://www2.mppa.mp.br/protocolo/acessoexterno>;

13.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e documentalmente comprovado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao licitante ou contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.3.1. **Advertência**, aplicável exclusivamente para a infração administrativa de inexecução parcial do contrato de natureza leve e que não cause grave dano à Administração e ao funcionamento dos serviços, bem como não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3.1.1. Considera-se de natureza leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração e não interfira diretamente na execução do objeto principal da contratação;

13.3.1.2. A aplicação da penalidade de advertência somente será cabível para contratos vigentes.

13.3.2. **Multa**, aplicável a todas as infrações administrativas, podendo ser cominada cumulativamente com as demais sanções previstas no item 13.3, conforme os seguintes parâmetros:

13.3.2.1. **Compensatória**, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, pela conduta prevista na alínea “b” do item 13.2;

13.3.2.2. **Compensatória**, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato pela conduta prevista na alínea “c” do item 13.2;

13.3.2.3. **Multa** de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pelas condutas previstas nas alíneas “d” e “e” do item 13.2;

13.3.2.4. **Multa** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pela conduta prevista na alínea “f” do item 13.2;

13.3.2.5. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote ou do grupo (em caso de adjudicação por lote ou grupo) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso, pelas condutas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, e “k” do item 13.2;

13.3.2.6. **Moratória**, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20 (vinte) dias pela conduta prevista na alínea “g” do item 13.2;

a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3.3. **Impedimento de licitar e contratar**, aplicável pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

13.3.3.1. de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, pela conduta prevista na alínea “b” do item 13.2;

13.3.3.2. de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, pela conduta prevista na alínea “c” do item 13.2;

13.3.3.3. de 2 (dois) meses a 6 (seis) meses, pela conduta prevista na alínea “d” do item 13.2;

13.3.3.4. de 2 (dois) meses a 10 (dez) meses, pela conduta prevista na alínea “e” do item

13.2;

13.3.3.5. de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, pela conduta prevista na alínea “f” do item 13.2;

13.3.3.6. de 3 (três) meses a 1 (um) ano, pela conduta prevista na alínea “g” do item 13.2

13.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, aplicável pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

13.3.4.1. de 3 (três) a 4 (quatro) anos, pela conduta prevista na alínea “h” do item 13.2;

13.3.4.2. de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, pela conduta prevista na alínea “i” do item 13.2;

13.3.4.3. de 3 (três) a 5 (cinco) anos, pela conduta prevista na alínea “j” do item 13.2;

13.3.4.4. de 3 (três) a 5 (cinco) anos, pela conduta prevista na alínea “k” do item 13.2;

13.3.4.5. de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, pela conduta prevista na alínea “l” do item 13.2.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.5. Para a aplicação de qualquer sanção administrativa, é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo de apuração de responsabilidade, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

13.6. O contratante não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido penalizada pelas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

13.7. A dosimetria das sanções previstas neste instrumento deve considerar os aspectos elencados no art. 3º, § 2º da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.

13.8. As sanções de multa moratória e multa compensatória poderão ser cumuladas, desde que resultantes de fatos geradores diferentes.

13.9. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no item 13.3.

13.10. Não configura *bis in idem* a aplicação de multa moratória sobre a parcela entregue em atraso e a aplicação de multa compensatória por inexecução parcial referente à parcela não entregue.

13.11. A aplicação de multa moratória, no caso de atraso na execução contratual, não impede sua conversão em multa compensatória se o objeto não for executado, em se tratando de único fato gerador.

13.12. Os valores das multas aplicadas serão recolhidos em favor do MPPA, observando-se a ordem de preferência prevista no art. 13 da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.

13.13. Na hipótese de o valor da multa ser deduzido dos pagamentos devidos no âmbito da mesma contratação, caso o processo administrativo resulte na aplicação da sanção de multa menor do que o pagamento devido à contratada, o fiscal administrativo do contrato notificará a contratada para que emita nota fiscal para pagamento da parcela adimplida, descontado o valor da sanção.

13.14. Caso o valor da multa ultrapasse o devido à contratada, sem o pagamento espontâneo ao contratante no prazo estabelecido, o fiscal administrativo notificará a contratada para ciência de que o pagamento será integralmente revertido ao cumprimento da sanção, devendo a contratada arcar com a diferença.

13.15. Não ocorrendo o pagamento espontâneo pela contratada no prazo estabelecido ou se os créditos da contratada perante o contratante não forem suficientes para integralizar o valor da

multa aplicada, tendo sido prestada garantia na forma do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a seguradora ou fiadora será notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública ou de capitalização.

13.16. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e a cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato que excederem o valor da multa aplicada, comprovado o prejuízo excedente, valendo a multa como mínimo da indenização, conforme art. 416, parágrafo único do Código Civil.

13.17. Considera-se não celebração de contrato, nos termos da alínea “f” do item 13.2 deste instrumento, quando a contratada desiste de formalizar o aditivo de prorrogação de vigência, após manifestar expressamente concordância quanto à prorrogação, ou de acréscimo ou supressão formalizados com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.18. As condutas especificadas no item 13.3.3 estarão sujeitas à sanção de declaração de inidoneidade prevista no item 13.3.4, desde que verificada presente situação que justifique a imposição de sanção mais grave. Nesta hipótese, serão duplicados os prazos estabelecidos como parâmetros iniciais para aplicação das sanções previstas no item 13.3.3, respeitando-se o limite mínimo previsto no item 13.3.4.

13.19. Na hipótese de instauração de processo de apuração de infração administrativa que enseje a aplicação das sanções de advertência ou multa, o licitante ou a contratada deverão ser notificados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da notificação, apresentar defesa escrita quanto aos fatos em apuração, mediante o envio da íntegra do processo ao licitante ou contratada.

13.20. O processo de apuração de infração administrativa que enseje a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzido por Comissão de Apuração de Responsabilidade, especialmente designada ou em caráter permanente, composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e notificará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da notificação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir, mediante o envio da íntegra do processo ao licitante ou contratada.

13.21. Após a instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade por condutas praticadas durante a execução contratual que possam ensejar a aplicação das sanções previstas nos itens 13.3.2 e 13.3.3 deste instrumento, poderá ser celebrado Termo de Compromisso com a contratada, desde que observados os requisitos previstos no art. 38 da Portaria nº 4599/2025-MP/PGJ.

13.22. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

13.23. A aplicação das sanções administrativas contidas neste instrumento não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Ministério Público do Estado do Pará deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;

II. Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica;

III. Fonte de Recursos: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários;

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, demais normas aplicáveis, regulamentos internos da contratante e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data de sua assinatura, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE-PA), no prazo de **10 (dez) dias** contados da data de sua assinatura, conforme o art. 28, §5º da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. As PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19, Estado do Pará.

19.2. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém-PA, de de 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. 2.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO – TCMS

_____, doravante designado simplesmente **TERCEIRIZADO**, inscrito no CPF nº _____, se compromete, pelo presente termo, a utilizar restritamente dentro do âmbito de suas atribuições e não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais a que tenha conhecimento por força de suas funções perante o Ministério Público do Estado do Pará, doravante simplesmente designado MPPA, respeitando-se o disposto na Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), na Resolução nº 281/2023 – CNMP e na Portaria nº 2486/2025 – MP/PGJ deste Ministério Público.

Considerando que:

1. **dado pessoal** é a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
2. **dado pessoal sensível** é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
3. **dado anonimizado** é o dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
4. **titular** é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
5. **tratamento** é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
6. **anonimização** é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
7. **consentimento** é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
8. **bloqueio** é a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
9. **eliminação** é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
10. **uso compartilhado de dados** é a comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

O MPPA possui acesso privilegiado a diversas informações pessoais – seja por meio físico ou digital – de servidores públicos, jurisdicionados, prestadores de serviços e cidadãos. Em regra, essas informações são necessárias para garantir o efetivo exercício das atividades administrativas e de competência constitucional deste Ministério.

As informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável – e em especial os dados pessoais sensíveis – requerem proteção especial por razão de lei. Assim, o presente termo é ferramenta necessária para este MPPA ampliar as medidas já existentes de segurança da informação, a exemplo da Política de Privacidade, e aprimorar a proteção dos dados pessoais no âmbito de sua atuação, em especial diante da vigência da Lei nº 13.709/18.

Neste ato, o Terceirizado reconhece que tem acesso a informações pessoais em razão do exercício de suas funções neste MPPA, inclusive podendo ter acesso a dados pessoais sensíveis.

O Terceirizado se compromete a tratar todas as informações pessoais que tenha acesso por força de suas funções perante o MPPA com o máximo nível de zelo e assegurar que essas informações

não serão divulgadas a terceiros não autorizados – incluindo servidores ou empregados terceirizados que não se encontrem diretamente envolvidos nas atividades específicas.

O Terceirizado assegura que ao tratar dados pessoais observará a boa-fé e os princípios elencados na LGPD, quais sejam: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e que apenas realizará tratamento de dados pessoais no âmbito de sua área de atuação e para propósitos legítimos, específicos e explícitos - sem possibilidade de tratamento de forma incompatível com as finalidades públicas definidas. Nesse sentido, o Terceirizado se compromete a não guardar cópia ou registro particular de informações pessoais que teve acesso por força de suas atribuições perante o MPPA, bem como a restituí-los, a qualquer momento, por requisição do MPPA.

O MPPA se compromete a cumprir as normas da Política de Segurança da Informação (Portaria nº 2486/2025-MP/PGJ), assim como as demais atos pertinentes ao caso, adotando as medidas técnicas e administrativas adequadas para promover a segurança do tratamento de dados pessoais decorrente de suas atividades, seja em trabalho presencial ou remoto.

O Terceirizado se compromete a informar imediatamente ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPPA acerca de qualquer violação das regras de compromisso e não divulgação relacionadas ao tratamento de dados pessoais estabelecidos, que tenham ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

Belém, ____/____/____.

Terceirizado